



Anais da Assembléia

N. 93

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 02 DE SETEMBRO DE 1987

ANO XIII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 077.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 1987
QUARTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Ferrari Júnior, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Lindolfo Júnior.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antônio Belinati, Ezequias Losso e Luiz Alberto Oliveira (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação da aprovação da Ata.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

39 Senhores Deputados responderam a chamada nominal.

A Presidência irá proceder à verificação de votação, a pedido do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão.

(É procedida à verificação de votação da Ata).

Vinte e sete Senhores Deputados aprovam; nenhum Senhor Deputado rejeita.

Aprovada a Ata.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 199/86, de autoria do nobre Deputado Adhail Sprenger Passos, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Padre José de Almeida Penalva.

Sala das Sessões, em 02.09.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Resolução nº 48/87, que autoriza a realização de plebiscito para a criação do Município de Ibema.

Sala das Sessões, em 02.09.87.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

Por tratar-se de antiga reivindicação da população de Ibema, acreditamos seja justa a realização do plebiscito para atender aos anseios da Comarca.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, preferência na discussão e votação da Proposição nº 59/87, constante da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 02.09.87
(a) EDMAR LUIZ COSTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma das disposições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, por quinze sessões consecutivas, da Proposição nº 59/87 e a convocação de uma audiência pública, na data de 15.09 às 9:00 h., com a OAB, Seccional do Paraná, Instituto dos Advogados do Paraná e Escola de Magistratura, a se realizar no Plenarinho desta Assembléia, com o intuito de debater com as organizações acima citadas a referida proposição.

Sala das Sessões, em 02.09.87.
(a) PEDRO TONELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por quinze sessões, do Projeto de Lei nº 69/86.

Sala das Sessões, em 02.09.87.
(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por dez sessões do Projeto de Resolução nº50/87.

Sala das Sessões, em 02.09.87.
(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER após ouvido o Plenário, a retirada por trinta sessões, do Projeto de Lei Complementar nº 179/86.

Sala das Sessões, em 02.09.87.
(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, e na forma do Regimento Interno da Casa, solicita da Mesa da Assembléia, após ouvido o Plenário, as providências necessárias para que gestione junto à Liderança do Partido Majoritário- PMDB, a fim de designar os Senhores Deputados que deverão integrar a Comissão Parlamentar constituída para apurar as irregularidades cometidas no Banco do Estado e no Banco Del Paraná.

A presente solicitação se justifica considerando que a CPI em questão foi constituída, na forma legal, há quatorze dias e que as demais Lideranças já indicaram seus representantes, e ainda, porque é

Curitiba, quarta, em 02.09.87

dever desta Casa apurar a responsabilidade dos atos praticados contra o erário público e contra o interesse do povo.

Sala das Sessões, em 02.09.87.
(a) DAVID CHERIEGATE.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ubilar Guerra Lobo, ocorrido nesta Capital, dando-se ciência deste requerimento aos familiares do extinto, através da Senhora Vilna Pinto Lobo, viúva do mesmo.

Sala das Sessões, em 02.09.87
(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

Ubilar Guerra Lobo foi empresário e agropecuarista na Cidade de Apucarana, onde residiu por aproximadamente quarenta anos, contribuindo em muito para o desenvolvimento do município e o crescimento do Estado, tendo há algum tempo se transferido com a família para Curitiba.

Exemplar pai de família e cidadão de elevados princípios, Ubilar Guerra Lobo, que era tio do ilustre Deputado Lauro Lobo Alcântara, deixa consternados e entristecidos com sua partida não só seus familiares como um grande número de amigos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de pesar pelo passamento do ilustre professor Mansur Guérios, o qual deixa uma irreparável lacuna no mundo da cultura paranaense, onde teve sua vida dedicada solidificando um marco de glórias.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa, à respeitável Senhora Fili Farani e demais membros da família enlutada.

Sala das Sessões, em 02.09.87.
(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de congratulações ao escritor Abdias do Nascimento, pelo lançamento no último dia 28 de agosto, do livro "O Negro Revoltado".

O referido escritor é o mais completo pensador dos problemas da negritude no Brasil. Através sua eficiente atuação durante vários anos, tornou sua obra essen-

cial à compreensão e à própria constituição da identidade do negro na cultura brasileira.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência ao homenageado e à Associação Cultural Beneficente da Raça Negra, à Rua Othon Accioly Rodrigues da Costa, nº 108, Jardim Mercúrio, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 02.09.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em ata de um voto de congratulações ao jornalista João Fêder, pelo lançamento do livro "Crimes da Comunicação Social".

O tema enfocado pelo ilustre jornalista contribui para a reflexão do problema do limite estabelecido pela Lei, determinando o princípio da manifestação do pensamento.

O trabalho de pesquisa e arquivo dispendido durante longos anos de magistério, forneceram o excelente material que trata do limite da censura com a comunicação plena.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, se dê ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 02.09.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de voto de congratulações ao Senhor Odone Fortes Martins, Diretor do Jornal "Indústria e Comércio", pelo transcurso do décimo primeiro aniversário de fundação daquele veículo noticioso.

Sala das Sessões, em 02.09.87.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA.

JUSTIFICATIVA:

Tendo iniciado suas atividades há onze anos, o Jornal "Indústria e Comércio", ousou desafiar o coro de pessimistas que tentavam obstaculizar a concretização de seu ideal jornalístico com argumentos estreitos. Anunciavam, os pessimistas, que seria impossível a sobrevivência de um jornal dirigido à classe empresarial, quando este mercado em nosso Estado era tão pequeno; que seria impossível vencer a concorrência externa; que nosso Estado não possuía tradição no setor. Todos estes aspectos, diziam, inviabilizaria a consecução do projeto jornalístico.

Alheio ao pessimismo, surgiu o jornal "Indústria e Comércio", e, no decorrer dos anos, firmou-se enquanto leitura obrigató-

ria para a classe empresarial paranaense. Paralelamente aos incontáveis serviços prestados às empresas e aos empresários do Paraná, o jornal estabeleceu sua condição de veículo noticioso independente, fonte segura e confiável de informação não apenas da área econômica mas, ainda, do setor político e do noticiário geral.

Por todas essas razões, congratulamo-nos com a passagem desta data e irmanamo-nos à justa alegria daqueles profissionais que, cotidianamente, demonstram-nos qual a forma de se vencer desafios.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação em Ata desta sessão, de voto de aplausos ao Governo Federal pelo ato humano de isenção dos impostos incidentes na aquisição de veículos adaptados para uso dos paraplégicos.

Requer, outrossim, seja dada ciência da decisão da Casa, ao Pequeno Cotelengo.

Sala das Sessões, em 02.09.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Senhor Presidente da COPEL, Francisco Luiz Sibut Gomide, solicitando providências para que se proceda, com a brevidade que o caso requer, o posteamento de iluminação pública à Rua Almirante Barroso, mais propriamente defronte aos lotes pertencentes à FUNDEPAR e a Escola 31 de Março (Núcleo Residencial 31 de Março), em Ponta Grossa.

Formula a presente moção em vista de o mencionado trecho estar oferecendo toda sorte de riscos ao transeunte, não havendo ali qualquer sistema de iluminação, fato que tem propiciado constantes assaltos praticados contra alunos e professores do referido estabelecimento, gerando assim, um clima de total insegurança, daí encarecer o Parlamentar por medidas que venham sanar de vez a questão.

Sala das Sessões, em 02.09.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Heinz Georg Herwig, solicitando a pavimentação com pedras irregulares das seguintes es-

tradas rurais no Município de Dois Vizinhos.

1º- Estrada Rural GB-457 com extensão de 8.400m/l. (oito mil e quatrocentos metros lineares) que liga a comunidade de Canoas entre a GB-010 ao Distrito de Cruzeiro de Iguapu.

2º- Estrada Rural GB-223 com extensão de 8.900m/l. (oito mil e novecentos metros lineares), que liga a Comunidade de Adão Pedro da Bandeira a PR 473.

Sala das Sessões, em 02.09.87

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

O Paraná será muito mais forte e o Sudoeste contribuirá ainda mais com o elevado aumento da produção agrícola que será transportada com facilidade, graças ao programa de pavimentação de estradas rurais desenvolvido por este Governo. O programa de calçamento com pedras irregulares que vem sendo desenvolvido em todo o Estado é talvez o mais importante projeto desenvolvido no setor dos transportes nos últimos tempos.

Esta pavimentação deve ter, sem sombra de dúvida, o apoio de todos os municípios paranaenses porque tem baixo custo, é eterna, não tem despesa de manutenção, pois utiliza matéria prima e mão-de-obra, do próprio Município, e o mais importante, atende ao perfeito escoamento da safra agrícola, avícola e suinícola, que no Município de Dois Vizinhos representa a maior força econômica.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, solicitando urgentes providências no sentido da preservação da Gruta Bacaetava, localizada entre os Municípios de Colombo e Rio Branco do Sul.

A beleza natural dessa verdadeira "obra de arte", que a natureza esculpiu durante muitos anos, não pode permanecer desassistida pelo poder público, enquanto os predadores estão destruindo, diariamente, aquele local de grande potencial turístico de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 02.09.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, encaminhamento de Ofício ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, indicando a necessidade de pavimentação com pedras irregu-

lares da estrada ligando a localidade de Barra Bonita à estrada de Francisco Beltrão-Ampére, dentro do Programa de Construção e Pavimentação com Pedras Irregulares de Estradas Municipais, planejado pelo Governo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 02.09.87.

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

Planeja o Governo do Paraná, construir e pavimentar, com pedras irregulares, nada menos de 7.500 quilômetros de estradas municipais. Programa esse, certamente de grande alcance social, pois terá sido planejado para beneficiar localidades que participam do processo de produção e sofrem prejuízos por não contarem com estradas adequadas às suas verdadeiras necessidades.

A localidade de Barra Bonita, no Município de Francisco Beltrão, está inserida nesse contexto de inadiável necessidade. A produção dessa localidade é expressiva e, apesar de distar poucos quilômetros da estrada asfaltada que liga Francisco Beltrão a Ampére, sofre sérios e irremediáveis prejuízos em épocas chuvosas.

A pavimentação ora indicada pode ser classificada como uma verdadeira necessidade social do povo daquela localidade, pelo que esperamos possa ser esse trecho incluído no Programa Governamental.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, encaminhamento de Ofício ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, indicando a necessidade de pavimentação com pedras irregulares, da estrada ligando a localidade de Ponte Nova do Cotegipe à estrada Francisco Beltrão-Ampére, dentro do Programa de Construção e Pavimentação - com pedras irregulares - de estradas municipais, planejado pelo Governo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 02.09.87.

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

Planeja o Governo Estadual construir e pavimentar, com pedras irregulares, cerca de 7.500 quilômetros de estradas municipais, programa esse de grande alcance social, pois foi planejado para beneficiar localidades que participam ativamente do processo de produção e ainda sofrem as dificuldades e os prejuízos da falta de boas estradas.

A localidade de Ponte Nova do Cotegipe, no Município de Francisco Beltrão, está inserida nesse contexto de inadiável necessidade. Sua produção tem sido expressiva e, mesmo distante a poucos quilômetros da estrada asfaltada ligando Fran-

cisco Beltrão a Ampére, sofre nas épocas chuvosas, sujeitando-se sua população - muito numerosa - a prejuízos irremediáveis, assim como o Município.

A pavimentação do trecho ligando Ponte Nova do Cotegepe ao asfalto da PR- 483, ora indicada, está classificada como uma das verdadeiras necessidades, das inadiáveis - autêntico problema social para o qual esperamos possa ser oferecido a desejada solução pelo Programa do Governo Estadual acima referido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, encaminhamento de ofício ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, indicando a necessidade de construção de estrada pavimentada com pedras irregulares, ligando a PR-483 - altura do Km 20, passando pelas localidades de Fazendinha, Linha Formiga e Altaneira - À BR- 373, estrada Marmeleiro Barracão, altura do KM 30 - localidade de Rio Verde, trajeto que servirá à imensa região produtora ainda não contemplada por estradas, além de facilitar o acesso à estrada Francisco Beltrão a Ampére.

Sala das Sessões, em 02.09.87.

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

A área que se pretende seja beneficiada com a construção de estrada pavimentada com pedras irregulares, ora indicada, é distante e, ainda que povoada densamente e de grande produtividade agropecuária - feijão, milho, soja e suínos, só é servida por caminhos naturais que sujeitam os moradores a dificuldades intransponíveis em ocasiões chuvosas, com prejuízos irreparáveis para esses pequenos produtores e para os municípios circunstantes.

Faz parte do Programa de Trabalho do Governo Álvaro Dias, a construção e pavimentação de cerca de 7.500 quilômetros de estradas municipais, utilizando como material pedras irregulares, com o que se eliminará os problemas de estradas com revestimento primário ou sem revestimento.

A inclusão do trecho indicado, no Programa citado, beneficiará toda a imensa área, facilitando além disso o acesso à estrada Francisco Beltrão-Ampére.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Este Deputado no exercício de suas prerrogativas constitucionais, Requer, após ouvido o Plenário, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Delcino Tavares, DD. Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, solicitando informações sobre os seguintes quesitos:

1- Qual a orientação geral da política de Saúde adotada na implementação do Sistema Unificado Descentralizado de Saúde, a curto, médio e longo prazo?

2- Qual a participação dos funcionários da SESB e do INAMPS, através de suas entidades e das entidades representativas dos trabalhadores na área de saúde, bem como dos beneficiários em geral, na implantação do sistema?

3- Qual será a composição e de que forma, inclusive legal, será criado o Conselho Estadual de Saúde?

4- Qual o montante, exato de recursos do Programa de Orçamento Integrado para 1987? Como são distribuídos? Como o Programa está e será executado?

Sala das Sessões, em 02.09.87.

(a) PEDRO TONELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, objetivando a prorrogação do prazo de validade do Concurso Estadual de 1. a 4. séries, realizado no ano de 1986.

Sala das Sessões, em 02.09.87.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

Considerando-se os dispêndios necessários à implantação de um novo concurso público cada vez que expira o prazo de concurso anterior, sem que sejam aproveitados todos os remanescentes, é que consideramos a necessidade da medida proposta, a fim de se dar continuidade às medidas de contenção de despesas públicas, preconizada pelo Governo Estadual.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, solicitando as necessárias providências para que sejam encaminhadas a esta Assembléia Legislativa, as conclusões da sindicância realizada na Fundação Teatro Guaíra, por determinação do Senhor Secretário da Cultura, de forma a que se esclareça principalmente qual o exato montante dos prejuízos causados àquela instituição e quais os funcionários direta ou indiretamente envolvidos, além das medidas adotadas para punição dos culpados.

Sala das Sessões, em 02.09.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Causou grande repercussão a notícia da ocorrência de graves irregularidades na administração da Fundação Teatro Guaíra, culminando com a decretação da prisão administrativa de dois de seus ex-diretores.

Os fatos teriam sido levantados por uma comissão de sindicância designada pelo Senhor Secretário da Cultura, cujas conclusões no entanto, não são conhecidas. Circularam rumores de que os desvios alcançavam somas entre Cz\$ 8 e Cz\$ 10 milhões de cruzados. Ao se decretar a prisão de um dos diretores, revelou-se ser ele responsável por desvio de pouco mais de Cz\$ 700 mil. No entanto, ao ser liberado da prisão administrativa, noticiou-se que esse mesmo diretor restituíra a importância de Cz\$ 1,64 milhão.

Constata-se, pois, que as notícias são bastante desencontradas e que em torno da questão existe um clima nebuloso, que precisa ser desvendado. E a Assembléia Legislativa não pode ficar alheia aos fatos, daí, a razão do presente pedido, pois só assim as dúvidas se dissiparão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, Professor Belmiro Valverde Jobim Castor, encaminhando em anexo reivindicações dos professores remanescentes do Concurso Estadual de 1985, de 1. a 4. Séries do 1. Grau, tendo em vista a expiração do prazo para a validade do concurso.

Do aprovado, REQUER, ainda, que se dê ciência às professoras Márcia Regina Antônio (Rua da Torre 113 - Cambé II - Cambé - Paraná), Ladirce Afonso Pinto (Rua Governadores Gerais, 301 - Cambé - Paraná), Rosângela P. Godoy (Rua Suíça 324) e Luzia dos Santos Catarino (Rua Washington Luiz 61 - Londrina - Paraná).

Sala das Sessões, em 02.09.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao engenheiro Lourival Pedrazzani - Fundação Rádio e Televisão do Paraná, solicitando que seja instalada a rede retransmissora da TV Manchete em Jacarezinho.

Sala das Sessões, em 02.09.87.

(a) LUIZ ANTÔNIO SETTI.

JUSTIFICATIVA:

A "Rede Manchete de Televisão" desta-

ca-se por uma atuação digna de méritos, uma das primeiras em audiência, exercendo papel preponderante na cultura nacional, informando diariamente a milhares de expectadores e contribuindo decisivamente para o aprimoramento cultural dos brasileiros.

Considerando o exposto é que a sociedade jacarezinhense vem pleitear a concessão de um canal, com a devida licença do Departamento Nacional de Telecomunicações - DENTEL, para a transmissão da programação da "TV MANCHETE".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Governo do Estado e à Secretaria dos Transportes solicitando a duplicação da Rodovia do Café, trecho Ponta Grossa - Apucarana, melhorando o afluxo de veículos, evitando acidentes e provocando a opção pelo porto de Paranaguá, desviando do Porto de Santos a exportação da produção do Paraná.

Tal solicitação se faz tomando como exemplo a duplicação Curitiba - Ponta Grossa, que tornou-se uma garantia de segurança para o transporte de carga e muito mais para os veículos de menor porte.

Sala das Sessões, em 02.09.87.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Conforme estatística em mãos deste Deputado, o desvio de carga destinada à exportação do Porto de Paranaguá, é uma constante, sendo desviada para o Porto de Santos - SP, onde se oferece a auto-estrada Castelo Branco, com seis pistas e as demais seguranças e opções.

A duplicação da rodovia do Café trecho Ponta Grossa - Apucarana, já é uma reivindicação antiga pois além de proporcionar uma ligação mais favorável entre o Norte e Sul do nosso Estado, proporcionará grande economia para o transporte e sanará grande problema, pois apesar das melhorias já promovidas pelo Governo Álvaro Dias nos acostamentos e defeitos que vinham provocando bom número de acidentes.

A duplicação da Rodovia do Café foi uma bandeira da campanha do PMDB, e além da proporção econômica que provocará em razão do Norte do Paraná estar se transformando numa nova "Blumenau" em indústrias têxteis, que infalivelmente, terão que exportar através do Porto de Paranaguá, hoje transformado em exportador de grãos, ocasionando ociosidade na mão-de-obra entre os estivadores e outros prejuízos para o próprio Estado do Paraná.

Com o exposto, justifica-se a duplicação da Rodovia do Café no trecho compreen-

dido entre Ponta Grossa - Apucarana, uma vez que de Curitiba a Paranaguá e de Curitiba a Ponta Grossa, tais obras já estão concluídas, comprovando a sua necessidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Ministro da Fazenda, solicitando que a mesma medida e isenção do imposto aos paraplégicos na aquisição de veículos adaptados a sua situação se estenda também às auto-escolas que venham adquirir tais veículos para fins de treinamento da referida classe.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa ao Sindicato de Auto-Escolas.

Sala das Sessões, em 02.09.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Diretor-Presidente da COPEL apelando no sentido de determinar urgentes providências para a melhoria da rede de energia elétrica da Colônia Balbino Cunha, localizada no Município de Campo Largo.

A presente solicitação baseia-se em antiga reivindicação dos moradores daquela localidade, que sempre manifestaram a necessidade de melhoria no sistema de distribuição de energia elétrica, pois as constantes quedas de tensão tem originado danos em aparelhos eletrodomésticos e impossibilitado o uso de maquinários, em virtude de demanda superior à potência dos pequenos transformadores ali instalados.

É de capital importância que a COPEL, através de ações concretas, ponha fim aos problemas aqui relatados, permitindo, desta maneira, que melhores condições passem a existir em termos de uma perfeita distribuição de energia elétrica, garantindo assim a necessária tranquilidade dos moradores da Colônia Balbino Cunha.

Sala das Sessões, em 02.09.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Presidente da TELEPAR, no sentido de determinar a instalação de um aparelho telefônico comunitário que possibilite a ligação e recebimento de chamadas, a ser instalado em

frente ao Bar e Mercearia Bonfim, no KM 11 da Rodovia dos Minérios, em Almirante Tamandaré.

Torna-se imperiosa a necessidade da instalação de um telefone comunitário naquela localidade, porque seus inúmeros moradores não dispõem de nenhum telefone público nas imediações.

Sala das Sessões, em 02.09.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Trabalho e de Assuntos Comunitários, solicitando liberação de verbas para a construção de um muro na Sociedade São Vicente de Paulo Conselho Particular de Kaloré - Lar dos Velhinhos de Kaloré.

Sala das Sessões, em 02.09.87.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

JUSTIFICATIVA:

Esta solicitação baseia-se na necessidade de manter bem conservado o prédio que sedia o Lar dos Velhinhos, proporcionando-lhe maior segurança e privacidade.

Seguramente, por se tratar de uma justa reivindicação daquela entidade, onde muitos idosos residem, espera-se desta Pasta a atenção merecida.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando pavimentação das seguintes estradas rurais:

a) - Estrada rural que liga EN-005 ao Caramuru - Município de Cambé, numa distância aproximada de 15 km;

b) - Estrada rural que liga a sede (Florestópolis) à Fazenda Floresta, numa distância aproximada de 10km;

c) - Estrada rural que liga a PR-170 à Cofercafé numa distância aproximada de 1,5 km;

d) - Estrada rural que liga a sede (Guaraci) à Água Barreiro e PR-340 à Água do Bagé, numa distância aproximada de 4 km;

e) - Estrada rural que liga a sede (Leópolis) a Boa Vista - São Judas, numa distância aproximada de 10 km;

f) - Estrada rural que liga São Judas (Leópolis) a Jardinópolis, numa distância aproximada de 10 km;

g) - Estrada rural que liga a BR-376 (Marilândia do Sul) ao Barro Preto, numa

distância aproximada de 7 km;

h) - Estrada rural que liga Prado Ferreira (Mirasselvã) a Santa Margarida, numa distância aproximada de 10 Km;

i) - Estrada rural que liga a sede (Porecatu) a São José, numa distância aproximada de 12 km;

j) - Estrada rural que liga a sede (Rancho Alegre) ao Patrimônio Esperança, numa distância aproximada de 7 km;

l) - Estrada rural que liga a sede (Rancho Alegre) à Água do Cateto, numa distância aproximada de 11 km;

m) - Estrada rural que liga a sede (São Sebastião da Amoreira) ao Alto Alegre, numa distância aproximada de 12 km;

n) - Estrada rural que liga a sede (São Sebastião da Amoreira) à PR-092, numa distância aproximada de 04 km;

o) - Estrada rural que liga a PR-323 (Sertaneja) - Mairiporã a Paranaji, numa distância de 16 km;

p) - Estrada rural que liga a sede (Urai) - Cruzeiro do Norte, numa distância aproximada de 16 km;

q) - Estrada rural Vila Gandhi (Primeiro de Maio) ligando a estrada asfaltada de Alvorada do Sul e Bela Vista do Paraíso, numa distância aproximada de 14 km;

r) - Estrada rural - trecho Água da Garça (Primeiro de Maio) ligando a estrada asfaltada de Alvorada do Sul, numa distância aproximada de 8 km;

s) - Estrada rural - trecho Água das Marrecas (Primeiro de Maio) - ligando a estrada asfaltada de Alvorada do Sul, numa distância aproximada de 8 km;

t) - Estrada rural referente ao trecho de Ribeirão Grande, numa distância aproximada de 13 km;

u) - Estrada rural referente trecho Primeiro de Maio ao ex-Porto Casanova, numa distância aproximada de 8 km;

A solicitação de pavimentação asfáltica das estradas acima especificadas é uma necessidade premente, pois todos os trechos constituem-se em canais de escoamento de safras agrícolas.

Esta providência traria grandes benefícios à Região, assim como aos seus produtores, que não teriam o transporte de sua produção prejudicado em época de chuvas; evitando assim o perecimento do produto e despesas com armazenamento.

Sala das Sessões, em 02.09.87.

(a) HOMERO OGUIDO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Heinz Georg Herwig Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a viabilidade da conclusão das

obras de pavimentação da Rodovia PR- 090 (Estrada do Cerne) trecho compreendido entre os Municípios de Piraí do Sul - Castro - Curitiba.

Tal solicitação justifica-se plenamente, pois visa solucionar dificuldades quanto as precárias condições da Rodovia, fato que tem impedido o acesso à Região.

A conclusão da obra será de grande utilidade para o desenvolvimento e haverá outros reflexos de ordem sócio-econômica.

É justo, pois este pedido, para premiar o interesse e a luta da população da Região na busca desse ideal.

Sala das Sessões, em 02.09.87.

(a) JOSÉ ALVES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Belmiro Valverde Jobim Castor, solicitando destinar recursos financeiros para obras de recuperação do Colégio Paiçandu - Ensino de 1º e 2º Grau, no município de Paiçandu.

Tal solicitação justifica-se plenamente, pois prende-se ao fato de dar maior segurança aos alunos deste estabelecimento de ensino e atender as reivindicações da comunidade de Paiçandu, tendo em vista que o prédio está a merecer sérios reparos tanto no aspecto estrutural como em sua aparência, pois já conta com três salas de aulas, interditadas por não oferecer o mínimo de condições de uso.

Sala das Sessões, em 02.09.87

(a) JOSÉ ALVES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, seja enviado expediente ao Presidente da COHAPAR, Sr. Odeni Villaca Mongruel, solicitando a inclusão do município de Paiçandu no projeto de Mutirão Habitacional.

Tal solicitação justifica-se plenamente tendo em vista a carência de moradias, que vem atingindo principalmente as famílias de menor poder aquisitivo.

A construção destes conjuntos habitacionais dará aos trabalhadores a condição de adquirir moradia digna e condizente com o salário que recebem.

Sala das Sessões, em 02.09.87

(a) JOSÉ ALVES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER seja envia-

do expediente ao Presidente da COHAPAR - Sr. Odeni Villaca Mongruel, solicitando a inclusão do município de Sarandi no projeto de Mutirão Habitacional.

Tal solicitação justifica-se plenamente tendo em vista a carência de moradias, que vem atingindo principalmente as famílias de menor poder aquisitivo.

A construção destes conjuntos habitacionais dará aos trabalhadores a condição de adquirir moradia digna e condizente com o salário que recebem.

Sala das Sessões, em 02.09.87

(a) JOSÉ ALVES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Presidente da COHAPAR - Sr. Odeni Villaca Mongruel, solicitando a inclusão do município de Maringá no projeto de Mutirão Habitacional.

Tal solicitação justifica-se plenamente tendo em vista a carência de moradias, que vem atingindo principalmente as famílias de menor poder aquisitivo.

A construção destes conjuntos habitacionais dará aos trabalhadores a condição de adquirir moradia digna e condizente com o salário que recebem.

Sala das Sessões, em 02.09.87

(a) JOSÉ ALVES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a criação e instalação de um posto do Corpo de Bombeiros para o município de Sarandi.

1 - Secretário de Estado de Segurança Pública, Antônio Lopes de Noronha.

2 - Comandante Geral do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, Coronel Miguel Arcanjo Capriotti.

Sala das Sessões, em 02.09.87

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a criação e instalação de um posto do Corpo de Bombeiros para o município de Iguaçu.

1 - Secretário de Estado de Segurança Pública, Antônio Lopes de Noronha.

2 - Comandante Geral do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, Coronel Miguel

Arcanjo Capriotti.

Sala das Sessões, em 02.09.87

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a criação e instalação de um posto do Corpo de Bombeiros para o município de Florai.

1 - Secretário de Estado de Segurança Pública, Antônio Lopes de Noronha.

2 - Comandante Geral do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, Coronel Miguel Arcanjo Capriotti.

Sala das Sessões, em 02.09.87

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a criação e instalação de um posto do Corpo de Bombeiros para o município de Ivatuba.

1 - Secretário de Estado de Segurança Pública, Antônio Lopes de Noronha.

2 - Comandante Geral do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, Coronel Miguel Arcanjo Capriotti.

Sala das Sessões, em 02.09.87

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a criação e instalação de um posto do Corpo de Bombeiros para o município de Doutor Camargo.

1 - Secretário de Estado de Segurança Pública, Antônio Lopes de Noronha.

2 - Comandante Geral do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, Coronel Miguel Arcanjo Capriotti.

Sala das Sessões, em 02.09.87

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a criação e instalação de um posto do Corpo de Bombeiros para o município de Floresta.

1 - Secretário de Estado de Segurança

Pública, Antônio Lopes de Noronha.

2 - Comandante Geral do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, Coronel Miguel Arcanjo Capriotti.

Sala das Sessões, em 02.09.87

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente ao ilustríssimo Governador do Estado do Paraná, Álvaro Fernandes Dias, e ao ilustre Secretário de Estado da Educação, Prof. Belmiro Valverde Jobim Castor, solicitando a contratação de todos os professores remanescentes do concurso estadual de 1.ª a 4.ª séries realizado nos anos de 1985 e 1986, bem como a prorrogação do prazo de vencimento da validade dos referidos concursos até a efetiva contratação.

Solicita também que não sejam contratados professores em caráter extraordinário; bem como ainda não sejam efetuados novos concursos até que todos os aprovados sejam devidamente contratados.

Sala das Sessões, em 02.09.87

(a) VALDERI MENDES VILELA.

JUSTIFICATIVA:

Referida solicitação se faz em função de que a validade do concurso realizado em 1985 está prestes a se extinguir, e ainda porque a contratação de professores em caráter extraordinário onera os cofres públicos em função da variação do piso salarial da categoria.

É bom lembrar que há no Estado hoje aproximadamente 1 mil professores aguardando contratação.

Do presente, REQUER se dê conhecimento ao Presidente da Associação dos Professores do Paraná, com sede nesta Capital.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Antônio Lopes de Noronha, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de viabilizar estudos para designar funcionários para a Seção Técnica do Instituto de Criminalística em Maringá.

Tal solicitação justifica-se plenamente, pois os funcionários iriam suprir as deficiências do referido órgão, como forma de minimizar os problemas enfrentados, tendo em vista que ele dispõe atualmente de apenas dois peritos e um fotógrafo.

A Seção Técnica de Criminalística de Maringá atende um extenso território da Região Noroeste do Estado, abrangendo mais de sessenta municípios, que integram as Subdivisões Policiais de Maringá, Paranaíba e Campo Mourão, e vem operando à custa dos abnegados esforços dos funcionários à disposição, que permanecem sobrecarregados em suas funções.

Sala das Sessões, em 02.09.87

(a) JOSÉ ALVES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao relator da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Bernardo Cabral, apelando que seja mantido o diploma de jornalista como condição para o exercício da profissão.

Sala das Sessões, em 02.09.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

Num País onde o corretor de imóveis trabalha sob regulamento, é estranha a insistência na proposta de desregulamentação da profissão de jornalista, incluída em emendas e projetos da nova Constituição.

Em primeiro lugar, é importante lembrar que no Brasil existe regulamentação da atividade desde 1938, iniciada com o Decreto-Lei n. 910/38. Já em 1943, o Decreto-Lei n. 5.840/43 instituiu o Curso de Jornalismo no sistema de ensino superior. Outro Decreto-Lei de n. 7.037/44, dispunha sobre a remuneração mínima dos que trabalham em atividades jornalísticas. De lá para cá, inúmeras leis, decretos-leis e decretos foram alterando, modificando e aprimorando a legislação em consequência da luta da categoria neste sentido.

Enumere-se, entre outros, o Decreto n. 51.218/61; o Decreto n. 527-A/62; o Decreto n. 1.177/62, que aprovou o regulamento sobre o registro de jornalista profissional, assinado por Tancredo Neves; o Decreto n. 53.263/63; e o Decreto-Lei n. 972/69. Antes disso, a Lei n. 3.529/59, ainda em vigência, ao dispor sobre a aposentadoria dos jornalistas profissionais, também trata da matéria.

De 1969 para cá, enumeramos, além do DL n. 972/69, já citado, os decretos n. 65.912/69, 66.431/70 e o decreto n. 68.629/71; a Lei n. 5.696/71; a Lei n. 6.612/78; a Lei n. 6.727/78; a Lei n. 6.727/79; o decreto n. 83.284/79 e por último a Lei n. 7.360/85 e o decreto n. 91.902/85.

A luta dos jornalistas brasileiros, entretanto vem de antes de 1938, e até ho-

je não está consolidada, consequência dos poderosos grupos de pressão, capitaneados por empresas jornalísticas mais interessadas em explorar o trabalho intelectual que imprimir à atividade qualidade e responsabilidade social.

Agora, nova escalada contra o regulamento se configura, e com tamanha insensatez, a tal ponto de atribuir-se ao regulamento os malefícios da "falta de liberdade de expressão". Seria o mesmo que dizer-se que não haverá justiça no País enquanto perdurar a exigência de inscrição na OAB...

Repetimos que, praticamente em todos os países do mundo, o exercício do jornalismo, enquanto profissão, está subordinado a algum tipo de regulamento. Não é o regulamento da atividade profissional que impede ou cerceia a liberdade de expressão e de informação. Pelo contrário. Ademais, o jornalismo no País é atividade aberta, por força da própria regulamentação, a colaboradores especialistas e intelectuais que tenham contribuição a oferecer à sociedade.

A tese da desregulamentação interessa a algumas empresas e grupos econômicos, e só, por motivos óbvios. O espaço que eles dedicam para combater o Curso Superior de Comunicação Social ou Jornalismo, além de equivocada e enganosa, bem demonstra não estarem eles preocupados com a melhoria do ensino. Antes, "queimam" caros espaços para mascarar interesses e assacar contra a expectativa da categoria e da sociedade, induzindo-a a acreditar no seu bem montado lobby valendo-se de dúbios argumentos, como os que preconizam o "status" meramente poético e artístico da atividade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após ouvido o Plenário e em Regime de Urgência, sejam insertos nos Anais da sessão plenária de hoje moção de apoio ao movimento dos agricultores (cafeicultores), do Município de Altônia e Região, a ser oficiada ao Presidente do Sindicato Rural de Altônia, Senhor Abel Gomes de Ornellas.

Sala das Sessões, em 02.09.87.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

A cafeicultura paranaense, de há muito vêm sendo relegada a planos secundários pelo Governo Federal. Em consequência disso, o Paraná, que já foi o maior produtor do País, hoje mantém apenas a produção de subsistência.

O resultado desta situação é que o País que já foi o maior exportador mun-

dial, acabou sendo superado por países como a Colômbia, para citar um exemplo.

Isto se deve a uma política completamente inadequada, posta em prática pelo Governo Federal, ao longo das últimas décadas.

O problema que apresentava contornos preocupantes, em face da situação econômica atual, passou a criar situação desesperadora aos agricultores em geral, especialmente aos cafeicultores.

Necessário se faz reverter este problema através de medidas concretas e urgentes em prol desse segmento importante da nossa economia, melhorando as condições de custeio e fixando preços mais justos para a produção.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, a transcrição nos Anais desta Assembléia do editorial intitulado "O Silêncio e a Burrice", publicado no Jornal "O Estado do Paraná", edição do dia 22 do corrente mês de agosto.

Sala das Sessões, em 02.09.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Cumprindo compromissos assumidos em sua campanha política, o Governador Álvaro Dias tem procurado apurar todas as denúncias de irregularidades ocorridas na Administração do Estado.

Dessa determinação, já resultaram sindicâncias e inquéritos em vários órgãos públicos, com a simultânea decretação de prisões administrativas de alguns servidores.

O fato alcançou ampla repercussão dentro e fora do Estado, principalmente depois que o Chefe do Executivo paranaense, em declarações à imprensa nacional, afirmou ser o Paraná a única Unidade da Federação onde se prendiam criminosos de "colarinho branco".

Como os acusados, em sua quase totalidade, são ou foram membros de Governos peemedebistas, a ação do Governador começou a suscitar críticas e discussões dentro do próprio PMDB, cuja imagem estaria sendo "descaracterizada". Deputados da Bancada estadual do Partido chegaram a pedir que o Governador mudasse seu modo de agir, o que, ao que consta, foi de pronto rechaçado.

O Editorial em questão retrata o episódio, merecendo, por isso, ser transcrito, para que conste dos Anais desta Casa, como valioso documento da época em que vivemos.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 212/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica denominada de "Escola Estadual Maria Netta", a atualmente conhecida como Escola Estadual Boa Vista II, localizada em Ribeirão Claro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.09.87.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Maria Pereira de Faria, conhecida e lembrada como Maria Netta, nasceu em Botucatu-SP, tendo vindo para Ribeirão Claro aproximadamente em 1890, ocasião em que instalou-se com a família na Fazenda Boa Vista.

Destacou-se perante a comunidade por sua elevada fibra e grande personalidade. Fundou em 1952 o Asilo São Vicente de Paula, tendo doado o terreno e ainda também como donativo, deu uma quantia em dinheiro para o início da construção.

Na época em que residia na Fazenda Boa Vista, determinou e autorizou o funcionamento da Escola Rural Municipal, que depois passou a pertencer ao Estado.

Maria Netta teve onze filhos e veio a falecer em 16 de outubro de 1953, com oitenta e um anos de idade.

Por tudo que foi exposto cremos, que a modificação de denominação de Escola Boa Vista II para Escola Maria Netta, é um autêntico e verdadeiro ato de Justiça.

Assim sendo, apresentamos o presente plano de Lei que temos a certeza receberá o total apoio dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 213/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "CRECHE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA", com sede e foro na Cidade de Nova Cantu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.09.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche que ora se pretende declarar de Utilidade Pública, tem finalidades filantrópicas, de assistência social, sem fins lucrativos, que presta relevantes serviços ao povo de Nova Cantu.

Tendo como finalidade principal dar assistência e promover o crescimento dos menores carentes da região.

Deve-se salientar o fato de não apre-

sentar nenhum óbice de ordem legal, atendendo todos os requisitos para a declaração de Utilidade Pública. (Art. 1º e seus incisos).

Assim sendo, submetemos o Presente Projeto de Lei à apreciação de nossos ilustres Pares, solicitando a sua aprovação para que venha a merecer o reconhecimento público estadual.

PROJETO DE LEI N. 214/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade Pública o "LAR EVANGÉLICO ESTRELA DE BELÉM", com sede e foro no Município de Mandaguari.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.09.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

O "LAR EVANGÉLICO ESTRELA DE BELÉM" é uma entidade de natureza civil, sem fins lucrativos e com tempo de duração indeterminado.

A finalidade principal desta entidade, que estamos propondo seja declarada de utilidade pública, é a de trabalhar em benefício do menor abandonado, dando-lhe amparo e assistência completa, propiciando-lhe assim um futuro mais tranquilo e digno.

Certos de que o pedido receberá total acolhimento por parte dos nossos ilustres Pares desta Casa, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos mesmos, solicitando a sua aprovação, pois a questão aqui tratada tem relevante caráter social e precisa de maior atenção por parte da nossa sociedade.

PROJETO DE LEI N. 215/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o "LAR DOS VELHINHOS BOM SAMARITANO", com sede e foro no Município de Barbosa Ferraz.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.09.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

O "LAR DOS VELHINHOS BOM SAMARITANO" é uma entidade de natureza civil, sem fins lucrativos e com tempo de duração indeterminado.

A finalidade principal desta entidade, que estamos propondo seja declarada de utilidade pública, é a de trabalhar em be-

nefício do idoso, dando-lhe amparo e assistência completa, propiciando-lhe assim um futuro mais tranqüilo e digno.

Certos de que o pedido receberá total acolhimento por parte dos nossos ilustres Pares desta Casa, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos mesmos, solicitando a sua aprovação, pois a questão aqui tratada tem relevante caráter social e precisa de maior atenção por parte da nossa sociedade.

PROJETO DE LEI N. 216/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Grêmio Esportivo Marna, com sede e foro em Piraquara-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.09.87.

(a) PAULO FURIATTI

JUSTIFICATIVA:

O Grêmio Esportivo Marna é uma sociedade civil, tem por fim a difusão do civismo e da cultura física, principalmente o futebol (amador), ainda realizando reuniões e divertimentos de caráter social e cultural.

Assim sendo, é justo que mereça o reconhecimento público estadual, o que estamos propondo à consideração dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 217/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica denominado "AEROPORTO ENGENHEIRO GASTÃO DE MESQUITA FILHO" o aeroporto do Município de Cianorte, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.09.87.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

O Engenheiro Gastão de Mesquita Filho deixa seu nome indelevelmente ligado ao Paraná, uma vez que até há pouco ainda trabalhava na empresa que ajudou a fundar, a Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná, que implantou cidades do porte de Londrina, Maringá, Umuarama e Cianorte, além de outros cinquenta e nove patrimônios, na área de 543.000 alqueires que adquiriu e colonizou durante cinquenta anos.

A medida que estamos propondo homenageia este valoroso pioneiro recentemente falecido. Confiamos no apoio dos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Não há Expediente a ser lido.

Passa-se ao horário das Lideranças.

A Mesa consulta à Liderança do PT se fará uso do seu horário.

Com a palavra o Sr. Deputado Pedro Tonelli.

PEDRO TONELLI - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Nesta semana em que se comemora a Independência do Brasil, não poderia, como Deputado do PT, deixar de fazer algumas reflexões sobre o que significa a Independência para a classe trabalhadora.

Neste sentido, Srs. Deputados, tentarei resgatar só os principais acontecimentos da época, principalmente aqueles que tiveram a participação efetiva do povo e que quase nunca são mostrados que nos livros de história oficial, qual resultados destes acontecimentos para os trabalhadores brasileiros da época e de hoje.

A nossa História é marcada por dois aspectos importantes. A dominação e a luta constante pela libertação e pela Independência e, por isso, neste período colonial, o branco, representado pelo português, dominava e explorava o índio e o negro.

Até 1.800, o Brasil estava explorado e subjugado por Portugal. Quem mais sofria com isso era o povo pobre, os trabalhadores, assalariados, escravos, índios e os pequenos proprietários.

Os produtos daqui como o pau-brasil, ouro, açúcar eram levados para Portugal por preços muito baixos, mas os mercadores portugueses traziam produtos industrializados por preços altíssimos.

Em 1785, a Rainha de Portugal, D. Maria I, proibiu a construção de fábricas no Brasil, para impedir a concorrência com os produtos da metrópole. Por causa destas injustiças o povo estava revoltado, muita gente foi para a luta, e a Inconfidência Mineira, a Conjuração Baiana, as várias rebeliões de escravos, marcaram o final do século XVIII e o início do século XIX no Brasil.

Em 1800, o Brasil tinha 3 milhões, 250 mil habitantes, a metade dos quais eram trabalhadores escravos. Também os homens brancos, supostamente livres, não podiam reclamar contra a dominação portuguesa. Qualquer revolta era massacrada!

Mas, na Europa, Srs. Parlamentares, as guerras territoriais e as guerras econômicas forçaram a fuga da família real portuguesa para o Brasil. Em 1807, este fato obriga a Corte à uma abertura da colônia para o comércio internacional, e um abrandamento da legislação que proibia o desenvolvimento da economia interna, cancela-se, então, o decreto que proibia o

fabrico, isso em 1808. Com esses acontecimentos, foi-se formando uma burguesia brasileira influenciada pelas idéias liberais que reinavam na Europa, idéias essas que não implicavam na libertação dos escravos, ou na melhoria de vida da grande massa de trabalhadores.

A Corte volta a Portugal em 1821, mas deixa no Brasil uma estrutura econômica que já não permitia mais a dominação exclusiva por parte da metrópole. Influenciado pela nascente burguesia local, agregada ao Partido Brasileiro, o Príncipe D. Pedro I declarou a Independência no dia 7 de setembro de 1822!

E daí? O Brasil está liberto? Liberto de quem? E liberdade para quem?

Os escravos ainda continuaram nessa condição por mais sessenta anos; os pequenos proprietários, camponeses, e os artesãos continuavam arruinados. A monarquia continuava no Rio de Janeiro, com pompa e luxo às custas dos impostos que massacravam a vida dos pobres. Os latifundiários e os comerciantes da Corte, estes sim, davam vivas à Independência, pois podiam vender o açúcar na Inglaterra com lucros maiores e comprar artigos de luxo na Europa, sem intermediários portugueses.

O dia 7 de setembro de 1822 foi um passo rumo à Independência e à libertação do povo brasileiro contra a tirania e à exploração. Mas a luta continuava, porque a vida dos trabalhadores era ainda igual. Nos anos que se seguem à Independência, aconteceram revoltas em várias partes do País. Pequenos proprietários, escravos, índios, trabalhadores assalariados, que lutaram pela efetiva independência, pelo fim da monarquia, contra a exploração dos latifundiários e também contra os senhores dos escravos. O reconhecimento desta Independência, por parte de Portugal, Srs. Deputados, teve o seu preço, 2 milhões de libras esterlinas, emprestadas pela Inglaterra. Esse foi o início da nossa dívida externa!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quase dois séculos depois da independência oficial, vale a pena nos perguntar: - Que independência foi essa? A quem serviu? Hoje, vivemos num País cada vez mais dependente do exterior! Neste momento, contrariando toda a pregação das forças políticas que governavam, o Governo da Nova República volta ao Fundo Monetário Internacional, de chapéu na mão, implorando migalhas, que, novamente não vão servir para combater a fome, e a miséria do nosso povo, mas vão engordar as empreiteiras em grandes negociatas, como estamos presenciando no dia de hoje com a Ferrovia da Produção, a Norte-Sul e outras. O povo brasileiro ainda não sentiu a sua independência. São 70 milhões de pessoas vivendo

em miséria absoluta, fazendo uma única refeição por dia, e ainda sem o valor alimentar protéico necessário.

A Constituinte que está sendo escrita em cédulas de dinheiro e sob o peso das pressões políticas e econômicas, caminha, cada vez mais, para internacionalizar ainda mais a nossa dependência, rompendo com os monopólios como o petróleo e a reserva do mercado na área da informática, que vai passar a ser de interesse privado internacional.

A independência senhores, ainda está para ser conquistada e nós, do Partido dos Trabalhadores, temos confiança nisso. Acontecerá, junto com uma luta de libertação do povo brasileiro, que deve lutar contra a opressão e contra a miséria.

O Sr. Paulino José Delazeri - V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Pedro Tonelli, peço que V. Exa., me informe quando dizia dos grandes desvios administrativos. V. Exa., citou entre eles a Ferrovia da Produção como se estivesse havendo alguma irregularidade no encaminhamento da sua construção. É essa a indagação que gostaria de fazer a V. Exa.

O SR. PEDRO TONELLI - O que falei é sobre os grandes projetos e os projetos dos grandes, que não interessam para os pequenos. Essa foi a minha referência. Que a política econômica, que temos hoje é dirigida especialmente para defender os grandes projetos dos grandes e isso está se avolumando cada vez mais e contra os interesses do povo trabalhador, isso nos preocupa.

Muito obrigado Sr. Presidente, muito obrigado nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli). Com a palavra, em nome da Liderança do PDT, o Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Queremos, inicialmente, registrar com muita satisfação o retorno do nosso Líder, Deputado Antônio Belinati, que esteve no Rio de Janeiro tratando de assuntos referentes ao nosso Partido, Partido Democrático Trabalhista e traz boas notícias. Lá está o companheiro Rafael Greca também, tratando do mesmo assunto.

Sr. Presidente e Srs. Deputados. (Lê)

Mais do que nunca o patriotismo é uma necessidade...

Uma necessidade que se impõe àqueles que pensam e desejam viver numa Nação livre e soberana.

Estamos vivendo em plena Semana da Pátria.

No próximo dia 7 estaremos comemorando a Independência do Brasil, e assim é oportuno que se deixe aqui algum pensamento sobre o fato e o sentido de independência.

Nosso colega Pedro Tonelli já fez menção e deixou algumas reflexões sobre o sentido de Independência, relativamente ao trabalhador.

Também o PDT quer registrar nos Anais desta Casa o seu pensamento.

Uma Nação só será forte quando sustentada pela fé, pelo patriotismo e pela justiça.

Só crescerá com segurança e com dignidade, se tiver, como referência: Deus, Pátria e uma lei justa. E isto só poderá ser alcançado se tiver a governá-la grandes homens. Não homens grandes. E grandes homens, são apenas aqueles que têm por princípio, colocar, acima de tudo, a honra, o amor à Pátria e o interesse coletivo.

Há cento e sessenta e cinco anos que a Independência faz parte do homem brasileiro. Independência: sonho que levou Tiradentes à forca sorrindo, porque sabia que morria por uma causa. Porque sabia que, da terra regada com seu sangue, uma frondosa árvore brotaria e que por muitos seria defendida e preservada.

Não morreu em vão Tiradentes. A Independência foi alcançada, mas não totalmente conquistada e, assim, continua sendo o sonho tenazmente perseguido por todos os brasileiros. Independência que represente concretamente os princípios de democracia plena, onde todos sejam iguais. Onde, para todos, tenha trabalho. Tenha moradia, tenha alimento, saúde e instrução.

Nascida de uma terra regada com o sangue de um mártir que, acima de tudo, colocou seu amor à pátria e sua honra, a Independência brasileira não tem sido fácil. Tem palmilhado caminhos íngremes. As atribulações enfrentadas por seu povo, grandes os sacrifícios, que a este povo têm sido impostos, não têm sido poucos e nem fáceis de serem vencidos.

A grandeza do gigante que é o Brasil, por muitos cobiçada e invejada.

Os milhares de quilômetros de terras férteis, recobertas de matas exuberantes e cortadas por caudalosos e ricos rios, os tesouros grudados no seu sub-solo excitam a ganância e a ânsia de conquista de muitos, tornam a independência plena da Nação brasileira uma luta constante, que é travada por aqueles que amam sua Pátria.

Travada contra homens grandes que, através de artifícios e artimanhas, conseguem elevar-se ao poder para governar o gigante cobiçado, colocando em primeiro plano os seus interesses pessoais em detrimento do de todos.

Assim é que, estes cento e sessenta e cinco anos de independência e quase cem

anos de República, têm representado para o povo uma verdadeira forja onde é ele moldado a marteladas, contínua e constantemente. Marteladas vindas de governos ditatoriais, autoritários e prepotentes, onde abundam os homens grandes e faltam grandes homens, mas que não têm conseguido destruir o caráter do homem brasileiro, porque este como diz o refrão do nosso hino pátrio, é bravo e "longe vá temor servil - ou ficar a Pátria livre ou morrer pelo Brasil!"

É o que mostra a história de nossa Independência. Não vamos longe. Não é preciso. A última experiência de governo, que começou com muita esperança para todos, acabou por tornar-se, após vinte anos, numa tremenda decepção. Numa grande frustração. Simplesmente porque, acima de interesse coletivo, pairou o interesse de uma minoria e a total falta de patriotismo.

As conseqüências estão aí. Estão sendo ainda vividas pelo povo, sacrificado e onerado por uma dívida que não contraiu mas que tem que pagar a custo de suor, sangue e lágrimas, porque lamentavelmente, a única forma de pagamento encontrada pelos homens grandes é tirar do povo.

O período de autoritarismo e prepotência passou ou não? Outro inicia-se, e neste, os filhos da "Terra de Santa Cruz" mais uma vez, deflagram suas esperanças, depositam suas esperanças e sonham com a concretização do seu ideal de liberdade, de igualdade e de independência.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o tempo é pouco. Não é necessário falarmos aqui da Independência que vive o Brasil de hoje. Não é necessário apontarmos a lamentável escravidão do trabalhador, ou falarmos da miséria a que está o povo relegado. Não é necessário mencionarmos a dependência do governo brasileiro ao capital estrangeiro.

Não é necessário dizer que a Nova República foi um sonho malogrado. Por isso, mais do que nunca se impõem, mais do que nunca o Patriotismo é uma necessidade".

(Termina de ler).

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Belinati) - Consulta a Liderança do PFL, se fará uso do horário que lhe é reservado?

(Declina).

Havendo declinado, consulto a liderança do Partido Liberal se fará uso do horário que lhe é reservado?

(Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro, se fará uso do horário que lhe é reservado?

(Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDS, se fará uso do horário que lhe é reservado?

(Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é reservado?

(Declina).

Havendo declinado está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de cinquenta e um Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando a designação de uma Comissão Parlamentar, para apurar as irregularidades cometidas no Banco do Estado e Banco Del Paraná. Feita a solicitação aos Senhores Líderes.

A Mesa solicita à Liderança do PMDB para que faça a indicação, por gentileza.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

No mesmo sentido, Senhor Presidente, também encareço mais uma vez à Presidência, no sentido de que solicite aos demais partidos para que indiquem os integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito a respeito do esporte, já oficializado por esta Casa há duas semanas e que até hoje ainda não pôde ser composta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Por gentileza, os Senhores Líderes das Bancadas indiquem, por favor, os representantes das respectivas Bancadas, para a CPI do Esporte proposta pelo Deputado Algaci Túlio.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor

Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação da Proposição n. 59/87, constante da ordem do Dia de hoje. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

1. DISCUSSÃO - Da Proposição n. 59/87, Proposta de Emenda à Constitucional, de autoria do Deputado Anibal Khury e outros, dando nova redação ao Parágrafo Único do artigo 104, da Constituição Estadual. (Para ingresso em cargo da magistratura poderão concorrer apenas candidatos de idade inferior a quarenta e cinco anos e bacharéis em direito, inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, salvo funcionários públicos estaduais que por sua condição, estejam legalmente impedidos de obter inscrição na referida ordem. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO, por unanimidade.

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL N. 59/87

O parágrafo Único, do Art. 104, da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Para ingresso em cargo da magistratura poderão concorrer apenas candidatos de idade inferior a quarenta e cinco anos e bacharéis em direito, inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, salvo funcionários públicos estaduais que por sua condição estejam legalmente impedidos de obter inscrição na referida Ordem".

Sala das Sessões, em 05.08.87.

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: Gernote Kirinus, Luiz Carlos Alborghetti, Nereu Carlos Massignan, Eduardo Baggio, Haroldo Rodrigues Ferreira, Sabino Campos, José Felinto, Paulino José Delazeri, Antônio Belinati, Antônio Bárbara, Nestor Baptista, Pedro Tonelli, João Arruda, Tadeu Lúcio Machado, Ferrari Júnior, Amélia Hruschka, Hermas Brandão, Algaci Túlio, Djalma de Almeida César, Paulo Furiatti, Nelson Vasconcellos, Antônio Annibelli, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Artagão Mattos Leão, Lindolfo Júnior, José Afonso Júnior, Domingos Scarpellini, Lauro Lobo Alcântara, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Raul Lopes e Valderi Mendes Vilela.

JUSTIFICATIVA:

A exigência de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, pelo mínimo de dois anos, não resulta em nenhuma vantagem ao futuro magistrado, mas, ao contrário, é prejudicial à magistratura, dado que esta, em termos de vencimento, não apresenta

grandes atrativos.

Assim, o bacharel de inteligência privilegiada e vocacionado para a ciência do Direito, inicia como estagiário, na lides forenses e, em razão disso, quando termina o curso, além de ter angariado razoável experiência, tem, também, razoável clientela e, certamente, não aguardará, por período superior a dois anos para submeter-se ao concurso para Juiz Substituto, não só em decorrência de sua advocacia bem sucedida, bem como da baixa remuneração da magistratura, aliada, ainda, a desvantagem dos transtornos da peregrinação do Juiz pelo interior do Estado, como constantes mudanças de residência, refletindo, inclusive, na educação dos filhos.

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA
À CONSTITUIÇÃO
PROPOSIÇÃO N. 59/87

PARECER:

A presente proposição, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, encaminha proposta de Emenda Constitucional que objetiva dar nova redação ao Parágrafo Único do artigo 104, da Constituição Estadual que passa a vigorar com a seguinte redação: "Para ingresso em cargo da magistratura poderão concorrer apenas candidatos de idade inferior a quarenta e cinco anos e bacharéis em direito, inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, salvo funcionários públicos estaduais que por sua condição, estejam legalmente impedidos de obter inscrição na referida Ordem".

A matéria atende aos requisitos constitucionais, legais e regimentais para a sua normal tramitação.

Assim sendo, manifestamos o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.08.87.

(aa) EDMAR LUIZ COSTA

Presidente

BASÍLIO ZANUSSO

Relator

Sobre a referida proposição, requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por quinze sessões, da Proposição n. 59/87, bem como a convocação de uma audiência pública com a OAB, Instituto dos Advogados do Paraná e Escola de Magistratura, com o intuito de debater com as organizações acima citadas, a referida proposição. Rejeitado.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Solicito verificação de votação tendo em vista que este requerimento atende ao apelo da OAB do Paraná e o pessoal inte-

ressado, que querem formalizar um parecer melhor sobre este Projeto que diz respeito à sua categoria.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa defere e irá proceder à verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Solicito verificação e chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa defere e o Senhor 1º Secretário procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Quarenta Senhores Deputados responderam à chamada nominal.

A Mesa irá proceder à Verificação de Votação.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Pedro Tonelli que propõe a retirada da Ordem do Dia, por quinze sessões, queiram levantar-se.

Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Trinta e sete Senhores Deputados rejeitam.

Está rejeitado o requerimento.

Está em votação proposição 59/87, 1ª Discussão. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. APROVADO.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Conforme o artigo 199, há necessidade de 2/3, então solicito Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa irá proceder à Verificação de Votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Requerimento chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Vamos proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O Senhor 1º Secretário procederá à chamada nominal.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu entendo que a matéria já está vencida e inclusive o projeto foi votado pelo Deputado Pedro Tonelli, que não se manifestou contrário.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - O Senhor 1º Secretário procederá à chamada

nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Procede à chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Trinta e nove Senhores Deputados responderam à chamada nominal.

Solicito aos Srs. Deputados que tomem assento, por gentileza, para Verificação de Votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Pedro Tonelli queiram levantar-se.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem) Não é requerimento, é verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Mesa retifica. Os Srs. Deputados que aprovam a proposição queiram levantar-se.

Trinta e sete Srs. Deputados aprovam. Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Um Sr. Deputado rejeita.

Está aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Tem a palavra pela ordem.

O SR. PEDRO TONELLI - Contei várias vezes, só contei trinta e quatro Deputados presentes. Onde estão os outros?

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Mesa considera a contagem do Sr. 1º Secretário. A matéria está aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI - Mas tem trinta aqui e quatro no Plenário.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 50/87, oriundo do Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no município de Cascavel, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Lindoeste. Em Regime de Urgência.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada por dez sessões, do Projeto de Resolução n. 50/87. Aprovado. Fica, portanto, retirado por dez sessões o Projeto de

Curitiba, quarta, em 02.09.87

Resolução n. 50/87.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 179/86, de autoria do Deputado Nilso Sguarezi, que dá nova redação ao artigo 137 da Lei Complementar n. 27 de 08/01/86, conforme especifica. (Isenção do pagamento de custas judiciais pelos Municípios, referente a certidões e aos registros de imóveis municipais). Com Parecer Favorável da C.C.J., na forma de Emenda Substitutiva, por unanimidade.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 179/86

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - O Art. 137 da Lei Complementar n. 27 de 08 de janeiro de 1986, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 137 - Os municípios serão isentos de custas nos registros imobiliários, nas certidões negativas de protestos, concordatas e falências, bem como nas certidões de registro de imóveis".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.08.86

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

A redação que ora estamos propondo ao Art. 137, da Lei Orgânica dos Municípios, Lei Complementar n. 27, tem por finalidade dirimir certas dúvidas com relação a isenção do pagamento de custas judiciais pelos municípios, referente a certidões e aos registros de imóveis municipais.

Como bem esclarece o ofício n. 294/86 do Sr. Prefeito Municipal de Barracão, há necessidade de formalizar na atual Lei Orgânica uma redação mais clara para o art. 137, a fim de evitar dúvidas na intenção da Lei e em prejuízo dos municípios paranaenses.

É o projeto de Lei que ora apresentamos e que temos a certeza irá merecer o total apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 179/86

PARECER:

A intenção do nobre Deputado Nilso Sguarezi, ao apresentar o Projeto de Lei Complementar em exame, é dar nova redação ao art. 137 da Lei Complementar n. 27, de 08 de janeiro de 1986, garantindo a isenção do pagamento de custas judiciais pelos municípios, referente a certidões e aos registros de imóveis municipais.

Conforme o Ofício n. 294/86, do Sr. Prefeito Municipal de Barracão, a atual redação daquele art. 137 não assegura a

isenção dos municípios de custas no Registro de Escrituras.

De acordo com a redação em vigor "os municípios serão isentos de custas no registro de matrículas imobiliárias...". Como a matrícula é isenta para todos, a inclusão daquela palavra no texto do já citado artigo não oferece garantias de que os municípios serão isentos daquelas custas.

A proposta de alteração permite corrigir e aperfeiçoar o texto legal, dirimindo as dúvidas existentes.

É nosso entendimento que não existe nenhum impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça o trâmite da matéria nesta Casa de Leis. Além disso, a medida é das mais atuais e merecedora de nosso apoio.

Por tais motivos, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação, com a emenda substitutiva anexa.

Sala das Comissões, em 23.06.87

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;
BASÍLIO ZANUSSO - Relator.

EMENDA SUBSTITUTIVA AO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 179/86

Art. 1º - O Art. 137, da Lei Complementar n. 27, de 08 de janeiro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 137 - Os Municípios serão isentos de custas em todos os atos de registro, certidões, averbações, escriturações, matrículas, remissões, buscas, bem como no cancelamento desses atos mediante simples apresentação ao Oficial competente, pelo Prefeito Municipal, sem exclusão de quaisquer atos a que se refere a Lei dos Registros Públicos (Lei n. 6015/73)."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.06.87

(a) DOMINGOS SCARPELLINI.

Apoiamento: José Afonso Júnior, Gernote Kirinus, Tadeu Lúcio Machado, Djalma de Almeida César, Cândido Bastos, Basílio Zanusso e Valderi Mendes Vilela.

JUSTIFICATIVA:

A redação que ora estamos propondo ao Art. 137, da Lei Orgânica dos Municípios - Lei Complementar n. 27, tem por finalidade eliminar dúvidas antes existentes, levantadas pelos Senhores Titulares das Escrivanias Extrajudiciais, referentes aos atos, levados a registro e pedidos de certidões, junto a esse seguimento do Poder Judiciário.

As dúvidas, até aqui postas nas intenções da Lei, especialmente à redação do Art. 137, estavam vindo em prejuízo dos Municípios, como bem esclarece o incluso ofício n. 294/86 do Senhor Prefeito de Barracão.

O poder público municipal passa constantemente por sérios problemas financeiros. Sendo o serviço notarial das es-
crivanias extrajudiciais, nos termos da Lei de Organização Judiciária, um serviço público, é pois de boa prática administrativa que se estabeleça a plena isenção de custas em favor da municipalidade, evitando assim que projetos simples, de baixo custo, em favor da moradia do desfavelamento, eletrificação, e outros programas sociais, em favor dos pobres dos humildes, dos desvalidos, tornem-se proibitivos de serem realizados pelo Prefeito, dado ter que arcar com o pagamento de atos cartoriais que revertem unicamente em proveito dos titulares dos diversos Cartórios.

É o substitutivo ao Projeto de Lei n. 179/86, que ora apresentamos, e que temos a certeza irá merecer o total apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada por trinta sessões, do Projeto de Lei Complementar n. 179/86. Aprovado. Fica portanto, retirado por trinta sessões, o Projeto de Lei Complementar n. 179/86.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 252/86, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 138/86), objetivando alterar a redação dos dispositivos que especifica, da Lei n. 1943, de 23 de junho de 1954. (Código da Polícia Militar do Estado do Paraná). Com Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.R.H., e C.S.P., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 252/86 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - O Art. 282, a letra "g" e o § 2º do Art. 283 da Lei n. 1943, de 23 de junho de 1954 e suas alterações passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 282 - Agregação é a situação de inatividade temporária do policial-militar que, embora pertença aos quadros da ativa, não é computado na respectiva escala numérica do almanaque militar do pessoal da Corporação."

"Art. 283.

g. Desempenho de cargo ou função de natureza civil;

§ 1º ...

§ 2º O Oficial que agregar em consequência do que dispõem as letras "a", "e", "f", "g" e "h", deixa vaga no respectivo Quadro."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.10.86
(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 252/86

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Poder Executivo, através da Mensagem Governamental n. 138/86, objetivando alterar a redação dos dispositivos que especifica, da Lei n. 1.943, de 23 de junho de 1954 (Código da Polícia Militar do Estado do Paraná).

As modificações consubstanciadas neste visam a adaptação de normas da Legislação Estadual aos mandamentos contidos na Legislação Federal, reorganizadora das Polícias Militares dos Estados, mormente no que tange à definição das funções policiais-militares e restrições para os seus integrantes quando no exercício de cargos ou funções de natureza civil.

Analisando o mesmo nada encontramos que se oponha ao seu trâmite legal.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

É o Parecer.

Salas das Comissões, em 28.....

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente
ERONDY SILVÉRIO
Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 252/86

PARECER:

De iniciativa do Poder Executivo, Mensagem Governamental n. 138/86, objetiva o presente Plano de Lei alterar a redação dos dispositivos que especifica, da Lei n. 1.943, de 23.06.54, Código da Polícia Militar do Estado.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, analisando o seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito desta Comissão de Recursos Humanos, chamada a opinar sobre o mérito da propositura em questão, temos que, as modificações apresentadas visam adaptar as normas da Legislação Estadual às normas da Legislação Federal, objetivando definir as funções e restrições dos integrantes da Polícia Militar do Estado.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.06.87
(aa) NELSON VASCONCELLOS - Presidente;
VALDERI MENDES VILELA - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 252/86

PARECER:

SÚMULA: "Objetivado alterar a redação dos dispositivos que especifica, da Lei n. 1943, de 23 de junho de 1954 (Código da Polícia Militar do Estado do Paraná)."

INICIATIVA:

CHEFE DO PODER EXECUTIVO

Para exame desta Comissão de Segurança, Projeto de Lei oriundo de Mensagem Governamental sob n. 138/86, de 14 de outubro de 1986, que pretende alterar a redação do art. 282 e dispositivo do art. 283, da Lei n. 1943, de 23 de junho de 1954. (Em anexo).

O presente Projeto de Lei visa tão somente ajustar a legislação que rege a Polícia Militar do Estado a diretrizes estabelecendo funções e situações consideradas como arregimentadas no âmbito das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares, baixadas pelo Ministério do Exército - Inspetoria-Geral das Polícias Militares.

Conforme esclarece a própria IGPM, a redação atual dos dispositivos em questão, "tem ocasionado interpretações das mais diversas, umas rígidas, outras flexíveis, pelos respectivos comandantes, motivando frustrações ou benefícios descabidos, com reflexos negativos à hierarquia e à disciplina". Justificativa esta suficiente para merecer a proposição o apoio desta Comissão.

O Projeto mereceu parecer favorável das demais Comissões competentes. O parecer desta Comissão é também: Favorável.

Sala das Comissões, em 09.06.87

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Presidente;
e Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 258/85, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO M. DE OLIVEIRA, que autoriza o Poder Executivo a conceder, a partir do mês de novembro, um abono de 75%, sobre os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do Funcionalismo Público Civil e Militar do Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. PARECER FAVORÁVEL da C.R.H., por maioria, e PARECER CONTRÁRIO da C.F., por unanimidade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 258/85

PARECER:

A intenção do nobre Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, ao apresentar este Projeto de Lei, é autorizar o Poder Executivo a conceder, a partir do mês de novembro, um abono de 75% (setenta e cinco por cento), sobre os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do

Estado, dos Membros da Magistratura do Ministério Público e dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas e sobre o soldo do integrantes do Polícia Militar.

A medida visa corrigir a enorme corrosão dos salários, causada pelos altos índices de inflação, com conseqüente aumento do custo de vida. A situação gerada pela rápida deterioração dos rendimentos dos trabalhadores, e aqui, no caso, dos funcionários públicos, tem reflexos nas condições de vida de suas famílias, reduzidas a níveis mínimos.

A proposta possui, portanto, elevado alcance social, merecendo de nossa parte a maior atenção no seu exame.

Como se trata de medida meramente autorizatória, devendo o Chefe do Poder Executivo definir-se pelo seu encaminhamento, não existe impedimento maior, seja da natureza constitucional, legal ou regimental, ao prosseguimento do trâmite da matéria.

Assim, considerando a importância do referido Projeto de Lei, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em 21.11.85.

(aa) Tadeu Lúcio Machado-Presidente;
Ivan Gubert-Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS PROJETO DE LEI N° 258/85

PARECER:

Designado pelo Presidente da Comissão de Recursos Humanos como Relator do Projeto de Lei n° 258/85, de autoria do nobre Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, após a análise, chegamos a seguinte conclusão:

A proposta possui elevado alcance social, merecendo de nossa parte a maior atuação no seu exame.

Como se trata de medida meramente autorizatória, devendo o Chefe do Poder Executivo definir-se pelo seu encaminhamento, não existe impedimento maior, seja de natureza constitucional, legal ou regimental, ao prosseguimento da matéria.

Assim, considerando a importância do referido Projeto de Lei, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(aa) Nelson Vasconcellos-Presidente;
Antônio Bárbara-Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N° 258/85

PARECER:

De autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, visa autorizar o Poder Executivo conceder, a partir de 1° de no-

vembro de 1985 um abono de 75% (setenta e cinco por cento), sobre os vencimentos dos vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do Funcionalismo Público Civil e Militar do Estado.

Chamada a opinar sobre o aspecto financeiro da matéria, entendemos que o projeto fere dispositivos da Constituição.

Nestas condições opinamos contrariamente à sua aprovação.

Sala das Sessões, em 19.08.86.

(aa) Acyr Mezzadri-Presidente;
Tadeu Lúcio Machado-Relator.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para discutir) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Discute essa Casa em 1.ª Discussão, o Projeto de Lei n. 258/85, de autoria do Deputado Luiz Alberto de Oliveira. O Projeto diz, no seu artigo 1º: "Fica o Poder Executivo, autorizado a conceder, a partir do mês de novembro, um abono de 75%, sobre os vencimentos dos cargos efetivos, em Comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos membros da Magistratura, do ministério Público e dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas, sobre o soldo dos integrantes da Polícia Militar".

Vejam Senhores Deputados, a data da apresentação desse Projeto: 15 de novembro de 1985. 1985! Quase dois anos já se passaram, mas lamentavelmente, este Projeto é atual, por incrível que pareça. Apesar de já passados dois anos, eu repito, este Projeto é atual, porque mudam-se as siglas dos índices de correção monetária e praticamente temos a mesma situação, a situação atual.

Vejam o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Antes porém, eu gostaria de ler a justificativa deste Projeto:

"Os altos índices inflacionários, com a conseqüente elevação do custo de vida a níveis insuportáveis, corroem os salários, a ponto de tornar quase impossível até mesmo a simples sobrevivência.

A partir de julho, mês do último reajuste, até novembro, os vencimentos terão sofrido uma perda real de 45%. Acresce-se a essa perda, os 30% de defasagem verificada entre os reajustes concedidos anteriormente e a evolução do INPC no mesmo período.

Segundo levantamentos procedidos, com base em dados do próprio governo e os obtidos junto ao IPARDES, de fevereiro de 1983 a esta data, enquanto o reajuste médio do funcionalismo se situa em torno de 1.300%, o custo da alimentação em Curitiba teve um aumento de 2.837%; o do vestuário, de 2.680%; o da gasolina de 1.540%, a ORTN teve uma variação de 1.789% e as taxas de

serviços públicos apresentaram índices de aumentos elevados, como o IPTU, de 2.200%; a assinatura de telefone, de 1.650% e a da energia elétrica de 1.550%.

Por estes dados é evidente a corrosão salarial e a falta de recursos com que atender o abono proposto não pode constituir argumento, já que neste ano a arrecadação do ICM terá um incremento de 3.000% sobre a verificada em 1982.

Nada mais do que justiça está praticando o Governo ao conceder esse abono de 75% a partir do mês de novembro, como forma de atenuar a crítica situação de mais de 100.000 funcionários do Estado".

Esta justificativa do nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O Parecer da CCJ datado de 21/11/85 diz: (Lê).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 258/85

PARECER:

A intenção do nobre Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, ao apresentar este Projeto de Lei, é autorizar o Poder Executivo a conceder, a partir do mês de novembro, um abono de 75% sobre os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos Membros da Magistratura do Ministério Público e dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas e sobre o soldo dos integrantes da Polícia Militar.

A medida visa corrigir a enorme corrosão dos salários, causada pelos altos índices de inflação, com conseqüente aumento do custo de vida. A situação gerada pela rápida deterioração dos rendimentos dos trabalhadores, e aqui, no caso, dos funcionários públicos, tem reflexos nas condições de vida de suas famílias, reduzidas a níveis mínimos.

A proposta possui, portanto, elevado alcance social, merecendo de nossa parte a maior atenção no seu exame.

Como se trata de medida meramente autorizatória, devendo o Chefe do Poder Executivo definir-se pelo seu encaminhamento, não existe impedimento maior, seja de natureza constitucional, legal ou regimental, ao prosseguimento do trâmite da matéria.

Assim, considerando a importância do referido Projeto de Lei, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 21.11.85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

IVAN GUBERT

Relator

e mais 6 (seis) assinaturas ilegíveis.

Deputado Tadeu Lúcio Machado, Presidente da C.C.J.; Deputado Ivan Gubert, como relator e as assinaturas de outros Parlamentares".

Então, vejam os senhores, há pouco no horário das lideranças fazíamos uso da palavra tecendo comentários inclusive externando a nossa preocupação pela situação do trabalhador brasileiro, pela situação da família brasileira que têm seus salários congelados ou controlados em índices insustentáveis para fazer frente ao aumento de toda sorte de produtos e de serviços.

Este projeto representa a oportunidade de se fazer justiça a uma classe, a classe do servidor público estadual. Concedendo-lhe 75% a título de abono sobre seus vencimentos, estaremos dando condições aos servidores públicos do Estado para que tenham condições de fazerem frente à verdadeira orgia de aumentos que impera neste País.

E hoje esta Casa discute a matéria em 1.^a Discussão, que versa sobre a constitucionalidade e legalidade do projeto. Já lemos o parecer da comissão competente que nos diz que a matéria tem condições de seguir o seu trâmite regimental. Assim, inclusive, por entendermos que o projeto é tão atual apesar de dois anos passados, por incrível que pareça, apesar de ser um projeto de 1985, portanto, dois anos já se passaram, este projeto se mostra superatualizado.

Então, é por isso que nesse nosso entendimento de que não necessita, inclusive, de qualquer emenda para que a data prevista para a sua vigência, o mês de novembro é que nos manifestamos favorável à aprovação desse projeto.

Concedo aparte ao Deputado Basílio Zanusso.

O Sr. Basílio Zanusso - Deputado Algaci Túlio, Vossa Excelência, após a leitura do Projeto, dos Pareceres de algumas Comissões, o que Vossa Excelência quer evidenciar é que, embora o Projeto seja datado de 1985, decorridos dois anos, quer dizer, decorrido o Plano Cruzado I, que foi decretado em fevereiro de 1986, depois o Cruzado II, e agora estamos vivendo sob o Plano Bresser, que Deus ajude que dê alguma coisa certo, que procurou, até na expressão que ouvi hoje "engessar a inflação brasileira", e por isso Vossa Excelência entendendo que estas medidas não alcançariam êxito, seria oportuno que agora o Governo do Estado remunerasse melhor o seu funcionalismo, em função da defasagem do que recebe, e eu concordo plenamente com Vossa Excelência. Agora, no aparte que faço e que Vossa Excelência me concede é pa-

ra dizer que esta matéria, em função da decorrência de tanto tempo, perdeu a sua oportunidade efetiva, até o seu objeto, que, em oportunidades futuras a Comissão Executiva antes de determinar inclusão de matéria desta natureza na Ordem do Dia, que examine melhor, porque, realmente não tem como esta Casa pronunciar-se sobre um fato já decorrido, em que as pretensões, embora os números de Vossa Excelência sejam parecidos com o que pudesse ser apresentado pelo Deputado, autor da matéria, Luiz Alberto de Oliveira, ou qualquer ilustre Parlamentar desta Casa, a oportunidade foi perdida, o objeto da autoria foi perdido.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Tem toda a razão, Deputado Basílio Zanusso, realmente é uma pena que um Projeto de tamanha importância, apresentado em 1985, tenha ficado dois anos parado nesta Casa, sem que houvesse um esclarecimento melhor quanto ao porquê desta sua paralisação. Mas, de qualquer maneira, Senhores Parlamentares, nós conclamamos a todos para que votem favoravelmente a este Projeto, muito embora não seja de nossa autoria e seu autor não se encontre em Plenário, mas achamos que ele é oportuno, pois o que se pensava em 1985, há dois anos atrás, se reflete agora, em 1987. Este Parlamentar, portanto, Senhor Presidente, vota favorável a este Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Continua em Discussão.
Encerrada a Discussão, em Votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, apenas para justificar que no encaminhamento a posição que adotaremos a de votar contrário ao presente Projeto de Lei é por uma questão muito óbvia, Senhor Presidente, o Deputado autor o Deputado Luiz Alberto de Oliveira, solicitava com este Projeto, um aumento até o mês de novembro de 1985, nós estamos em 1987. Derrubando o presente Projeto nós estaremos dando oportunidade ao autor, inclusive, para entrar com um Requerimento atualizado, fazendo a sua vontade, expressa naquela oportunidade.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa esclarece aos Senhores Deputados, por ter um Parecer contrário da Comissão de Finanças, por unanimidade, a votação será de forma inversa, os Senhores Deputados que aprovam esta matéria queiram levantar-se. REJEITADA.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela Ordem) -

Eu pediria Verificação.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa defere e irá proceder à Verificação.

Os Senhores Deputados que aprovam a matéria queiram levantar-se.

Nove Senhores Deputados aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Dezoito Senhores Deputados rejeitam.
REJEITADA A MATÉRIA.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Gostaria apenas de registrar, Senhor Presidente, que a primeira votação é quanto à legalidade. E a Comissão de Constituição e Justiça deu parecer favorável. Por isso as Bancadas de oposição votam favoravelmente pela legalidade. O mérito seria discutido amanhã. Infelizmente não será discutido.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 55/86, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que dispõe que os estabelecimentos de ensino existentes no Estado do Paraná deverão ter, obrigatoriamente, dependências adequadas ao preparo da merenda escolar, sendo vedada expressamente a utilização das salas de aula para esta finalidade. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E., por unanimidade. Aprovado. (Publicado no D.A. nº 23/86 de 08.04.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 55/86

PARECER:

De autoria do Nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, o presente Projeto de Lei tem por finalidade dispor que os estabelecimentos de ensino existentes no Estado do Paraná deverão ter, obrigatoriamente, dependências adequadas ao preparo de merenda escolar sendo vedada expressamente a utilização das salas de aula para esta finalidade.

Em sua justificativa, o Nobre Parlamentar argumenta que a Proposição tem como objetivo prevenir a ocorrência de fatos como o verificado no Município de Joaquim Távora, de triste lembrança, onde pereceram diversas pessoas.

Legal e constitucionalmente, a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, não se encontra qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à

sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.08.86.

(aa) Gilberto Carvalho-Presidente;

Hermas Brandão-Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PROJETO DE LEI N° 55/86

PARECER:

A educação como direito inviolável dos cidadãos deve ser concedida aos mesmos com condições de ambiente favorável para assimilá-la. Isto é, local apropriado, sala de aula limpa e segura.

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, tem por finalidade assegurar tais condições.

Impedir a utilização das salas de aulas para o preparo da merenda escolar, evitando assim, que ocorram fatos lamentáveis e tristes como o de Joaquim Távora, é a justificativa do nobre Parlamentar.

Levada a opinar, a Comissão de Educação não encontra qualquer obstáculo para a normal tramitação do Projeto de Lei por esta Casa. É legal e Constitucional. Opinamos favoravelmente a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.87.

(aa) Amélia Hruschka-Presidente;

Nilton Barbosa-Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 69/86, de autoria do Deputado Djalma de Almeida Cesar, que autoriza a efetivação dos servidores que exercem as funções de Auxiliar de Secretaria e Auxiliar de Serviços Gerais, no quadro geral de pessoal do Poder Executivo, conforme especifica. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por maioria, e PARECER FAVORÁVEL da C.R.H., por unanimidade. (Publ. no DA. n° 27/86, de 15.04.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 69/86

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida César, o presente Plano de Lei tem por finalidade autorizar a efetivação dos servidores que exercem as funções de auxiliar de Secretaria e Auxiliar de Serviços Gerais, no Quadro do Poder Executivo.

A Constituição Estadual no seu Art. 25, § 1º, alínea "c", reputa ser de competência exclusiva do Governador a iniciativa das Leis que disponham sobre tal matéria.

Nestas condições, dada a inconstitucionalidade da matéria, nosso parecer é CONTRÁRIO, opinando-se pela sua REJEIÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.11.86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

TRAJANO BASTOS
Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
PROJETO DE LEI N° 69/86

PARECER:

Designado pelo Presidente da Comissão de Recursos Humanos como Relator do Projeto de Lei n° 69/86, de autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida César, após a análise, chegamos a seguinte conclusão:

A proposta possui elevado alcance social, merecendo de nossa parte a maior atuação no seu exame.

Como se trata de medida meramente autorizatória, devendo o Chefe do Poder Executivo definir-se pelo seu encaminhamento, não existe impedimento maior, seja de natureza constitucional, legal ou regimental, ao prosseguimento da matéria.

Assim, considerando a importância do referido Projeto de Lei, manifestamos o nosso Parecer Favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23.06.87.

(aa) NELSON VASCONCELLOS

Presidente

ANTÔNIO BÁRBARA

Relator.

Sobre o referido Projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada por quinze sessões, do Projeto de Lei n° 69/86. Aprovado. Fica, portanto retirado por quinze sessões, o Projeto de Lei n° 69/86.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 193/86, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que propõe equiparação nos critérios da Legislação sobre os músicos inativos do quadro da Polícia Militar do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade, e PARECER CONTRÁRIO da C.S.P., por unanimidade. (Publ. no DA. n° 87/86, de 25.08.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 193/86

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Ilustre Deputado Tadeu França, tem por finalidade equiparar os critérios de promoção dos músicos inativos da Polícia Militar do Estado do Paraná, aos seus pares não músicos aposentados, ou seja, propõe equiparação nos critérios da Legislação sobre os músicos inativos do Quadro da Polícia Militar do Estado.

Chamada para opinar pela constitucionalidade e legalidade do referido Projeto de Lei, esta Douta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que se oponha a legal tramitação do mesmo. Assim sendo,

opina pelo Parecer FAVORÁVEL a sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.08.86.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ERONDY SILVÉRIO

Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 193/86

PARECER:

O Projeto de Lei em análise por esta Comissão, de autoria do Deputado Tadeu França, objetiva equiparar os critérios de promoção dos músicos inativos da Polícia Militar do Estado do Paraná, aos seus pares não músicos aposentados do mesmo quadro.

Em apreciação e após verificado a legitimidade e a justeza da presente proposta, esta Douta Comissão de Finanças, opina favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.06.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

ALEXANDRE CERANTO

Relator.

COMISSÃO DE SEGURANÇA
PROJETO DE LEI N° 193/86

AUTOR: Deputado Tadeu França

SÚMULA: Propõe equiparação nos critérios da Legislação sobre os músicos inativos do quadro da Polícia Militar do Estado.

O Projeto de Lei sob n° 196/86, iniciativa do nobre Deputado Tadeu França, visa equiparar os critérios de promoção dos músicos inativos da Polícia Militar do Estado do Paraná, aos seus Pares não músicos aposentados.

A redação do único artigo que compõe o corpo do Projeto de Lei é um tanto quanto confusa, não permitindo que a idéia do autor se ponha a claro. Isto considerando-se que na organização das Polícias Militares existe formalismo muito grande. Formalismo que, podemos afirmar com certeza, vai até a parte de mérito. Razão pela qual a presente matéria necessita de uma análise adequada, sob pena desta Casa incorrer em erro aprovando proposição que fere princípios legais e constitucionais. Se não vejamos:

1. A Constituição Federal, em seu artigo 3°, diz das matérias de competência da União. No inciso XVII, alínea "v", preceitua: que compete a esta legislar sobre: "v - organização, efetivos, instrução, justiça e garantias de polícias militares e condições gerais de sua convocação, inclusive mobilização".

No parágrafo único, do mesmo artigo,

estende esta competência aos estados para que estes legislem supletivamente sobre tais matérias.

2. Dentro da vasta legislação estadual sobre a Polícia Militar do Estado do Paraná, verificamos que esta acompanha a legislação federal no que respeita a proposta de alteração. Ou seja, há que ser previamente submetida ao Ministério do Exército. Assim, o Decreto Lei n° 667, de 02 de julho de 1969:

"Art. 21 - Compete ao Estado Maior do Exército, através da Inspetoria Geral das Polícias Militares:

.....
f) Cooperar no estabelecimento da legislação básica relativa às Polícias Militares".

Decreto n° 88.777, de 30 de setembro de 1983, torna ainda mais claro a impossibilidade de se alterar a legislação das PMS sem a prévia anuência do Ministério do Exército:

"Art. 37 - Compete ao Estado-Maior do Exército, por intermédio da Inspetoria das Polícias Militares:

.....
5) A colaboração nos estudos visando aos direitos, deveres, remuneração, justiça e garantias das Polícias Militares..."

3. A Lei n° 5.940, de 08 de maio de 1969, que "estabelece os princípios, requisitos e processamento, para promoção das Praças da Polícia Militar do Estado do Paraná", em seu Artigo 2°, preceitua:

"Art. 2° - As promoções de Praças de Pré, nos quadros da Polícia Militar do Estado do Paraná, são realizadas no sentido de atender:

I- As necessidades do pessoal com base no efetivo fixado em lei;

II- Ao aproveitamento dos valores profissionais para desempenho das diferentes funções;

III- Ao adequado equilíbrio de acesso, de forma regular, gradual e sucessiva, as graduações de hierarquia Policial-Militar".

No artigo 23, a Lei diz que as "vagas decorrem de:

"I - exclusão do estado efetivo;

II- promoção;

III- transferência para a reserva remunerada;

IV- reforma;

V - aumento de efetivo;

VI- Extravio ou desaparecimento;

VII- compulsória após trinta e cinco anos de serviço público;

VIII- Limite de idade para a permanência no serviço ativo".

Através da legislação já mencionada verificamos que na forma do artigo 53 -, a única exceção à regra que determina que as promoções sejam feitas através dos crité-

rios de "merecimento" ou "antigüidade", para os integrantes da PM que estejam na ativa, é a "promoção em Ressarcimento de Preterição nos seguintes casos:

"Artigo 53 - Dá-se a promoção em ressarcimento à Preterição de Praça de Pré que:

I - em processo regular, tenha reconhecido seu direito à promoção;

II- "Sub-judice" cesse tal efeito;

III- desaparecido ou extraviado, fique comprovado em inquérito ter a causa independido de sua vontade".

6. O Decreto nº 3.860, de 08 de janeiro de 1976 e o Decreto nº 3.412, especificam e qualificam o "músico" como integrante da classe denominada de "Praças Especialistas", e no art. 4º preceituam:

"O provimento dos claros de praças especialistas, em caso de vaga na graduação inicial de cada uma das QPMP será feito mediante Curso de Formação, realizado de acordo com diretrizes do Comandante Geral da Corporação, devendo o candidato preencher os seguintes requisitos...

Além dos requisitos exigidos, outras normas regulam as atividades dos Praças Especialistas, não se confundindo estas com as dos Policiais Combatentes.

Assim, pela análise da legislação que regula os direitos, deveres, garantias e outros, da Polícia Militar, constatamos que:

a) Toda proposta de alteração de legislação das PMs há que ser previamente submetida ao Ministério do Exército.

b) Que a iniciativa de projetos que visem tais alterações são da iniciativa do Executivo, por preceito constitucional.

c) Que o Policial Militar não é aposentado, mas, passando para a "reserva" torna-se "inativo".

d) Na reserva não existe promoção, a não ser por ressarcimento.

O Projeto de Lei, conforme afirmamos no início deste Parecer, fala em equiparar critérios de promoção "dos músicos inativos" aos seus pares "não músicos aposentados". Ora, a Polícia Militar não tem aposentados e se o autor do Projeto pretende que os músicos sejam equiparados aos "combatentes", a legislação é transparente, límpida, quanto a impossibilidade de tal pretensão.

Diante da flagrante inconstitucionalidade do Projeto de Lei, diante da falta de condições legais para que possa o mesmo prosperar, exaramos nosso

PARECER CONTRÁRIO, pedindo o arquivamento do mesmo.

Sala das Comissões, em 28.06.87.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Presidente

ALGACI TÚLIO

Relator.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O Projeto de autoria do Deputado Tadeu França, que propõe a equiparação dos critérios da legislação sobre os músicos inativos do quadro da Polícia Militar do Estado do Paraná, em seu artigo 1º equipara os critérios de promoção dos músicos inativos da Polícia Militar do Estado do Paraná ao de seus Pares não músicos, aposentados.

A Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa, que tem como seu Presidente o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, designou este Parlamentar para ser o seu Relator e nós queremos, neste momento, ler este relatório e Parecer que fizemos, para que os Senhores tomem ciência com relação a este projeto. (Lê o Parecer).

"O Projeto de Lei nº 193/86, de iniciativa do nobre Deputado Tadeu França, visa equiparar os critérios de promoção dos músicos inativos da Polícia Militar do Estado do Paraná...

(Termina de ler o Parecer).

Exaramos este Parecer através da Comissão de Segurança Pública, e ele tem as assinaturas do Deputado Presidente Luiz Carlos Alborghetti, deste Parlamentar, Vice-Presidente como Relator, e ainda mais a assinatura do próprio Deputado Raul Lopes, ex-Comandante da Polícia Militar e, portanto pessoa que deve entender perfeitamente daquilo que regula a matéria sobre a Polícia Militar do Estado do Paraná.

Por esta razão, Senhor Presidente e Senhores Deputados, encarecemos a todos para que votem contrário a este Projeto, em razão da flagrante inconstitucionalidade de que já levantamos através deste Parecer feito com muito estudo, junto a própria corporação da Polícia Militar.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- Está em discussão. Em votação. REJEITADO.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 57/87, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANIBELLI, que declara de Utilidade Pública, a "SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO FRANCISCO DE ASSIS", com sede no Município de Boa Vista da Aparecida e foro no Município de Cascavel. com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. nº 42, de 04.05.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 057/87

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Antônio Anibelli, objetiva o presente Plano de Lei, declarar de Utilidade Pública a "SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO FRANCISCO DE ASSIS", com

sede no Município de Boa Vista da Aparecida e foro no Município de Cascavel.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, instituindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Nestas condições, nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.08.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

DAVID CHERIEGATE

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 169/87, de autoria do Deputado JOSÉ FELINTO, que concede Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao DR. ARISTIDES DE ATHAYDE NETO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 169/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Doutor ARISTIDES DE ATHAYDE NETO.

Art. 2º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) JOSÉ FELINTO.

Apoiamento: Rafael Greca, Luiz Carlos Alborghetti, Algaci Túlio, Eduardo Baggio, Nereu Carlos Massignan e Djalma de Almeida César.

JUSTIFICATIVA:

Como se depreende do currículo anexo, o médico Doutor Aristides de Athayde Neto tem se destacado por uma vida de benemerência e serviço à coletividade. Descendente de uma das mais ilustres famílias paranaenses, Aristides de Athayde Neto soube conferir ao exercício de sua profissão, de si mesma humanitária, um sentido de a significação moral e social, que o habilitam a receber das autoridades constituídas o mais alto título de nosso Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 169/87

PARECER:

O projeto de Lei em pauta, de autoria do ilustre Deputado José Felinto, pretende conceder o Título de CIDADÃO BENEMÉRITO DO PARANÁ, ao DOUTOR ARISTIDES ATHAYDE NETO.

Dos termos da justificativa apresentada, podemos verificar a justiça e oportunidade da medida ora proposta, pois trata-se uma figura que tem se destacado pela

sua vida de benemerência e serviços à coletividade, como se pode deprender do currículo em anexo.

Além disso, a proposta preenche os requisitos exigidos pela Lei n° 5.638, de 13.09.67, que dispõe sobre as condições essenciais para a concessão de benemerência ou cidadania paranaense.

Chamada a opinar esta Douta Comissão de Constituição e Justiça, entendeu a mesma que a matéria, objeto do Projeto de Lei em exame, encontra-se em condições de seguir sua tramitação normal, por esta Colenda Casa de Leis, pois encontra-se plenamente justificado e tem apoio legal.

Por todo o exposto, este Relator opina FAVORAVELMENTE, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n° 169/87.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 01.09.87

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator.

1.^a - Do Projeto de Resolução n° 52/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito no Distrito de Ouro Verde do Oeste, visando sua elevação à categoria de Município. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 52/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º- Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante delimitada, objetivando a criação do Município de Ouro Verde do Oeste:

"Começa na foz do Rio Santa Quitéria no Rio São Francisco, sobe por este até a foz do Lageado Pindorama ou Arroio Ivo, pelo qual sobe até a sua nascente, deste ponto por uma linha seca no sentido Sudeste até o entroncamento da PR- 585 com a estrada Municipal, a qual liga a PR-585 com o Distrito de Ouro Verde, deste ponto segue pela referida PR-585 no sentido do Vera Cruz do Oeste até o cruzamento com o Rio Santa Quitéria pelo qual desce até sua foz no Rio São Francisco; ponto de partida".

O memorial descritivo do Perímetro Urbano é o seguinte:

"Parte do cruzamento da rua Alasca com a Avenida Estados Unidos segue por esta, limitando com as chácaras de n°s 4,5,6 e 7, seguindo daí pela divisa entre as chácaras 7 e 8 até a cabeceira do Córrego Mandaguari pelo qual desce até encontrar em sua margem direita a divisa entre as chácaras 9 e 10 pela qual segue a estrada vicinal, segue por esta em direção à vila

até encontrar a divisa entre as chácaras 19 e 20 pela qual segue até encontrar o Córrego Comprido subindo por este até encontrar em sua margem direita a divisa entre as chácaras 21 e 22 pela qual segue até encontrar a estrada de rodagem a Toledo, segue por esta direção à vila confrontando com a chacara nº 23, até encontrar a Rua Presidente Vargas pela qual segue em direção geral Sul, até encontrar a Rua Mauá, segue pela mesma, confrotando com chácaras de nºs 24 e 28, seguindo daí pela divisa Oeste desta última (nº28) até encontrar o Córrego Alvorada e a divisa Norte da chacara nº 30, segue por esta em direção Oeste até encontrar a Rua Trinidad, daí seguindo pelas Ruas Trindad, Salvador, Porto Rico e Alasca até a Avenida Estados Unidos, ponto de partida desta descrição".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.09.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Sobre a mesa requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ubilar Guerra Lobo, ocorrido no dia 02 de agosto de corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Mansur Guérios, ocorrido nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 199/86, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Padre José de Almeida Penalva. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 48/87, que autoriza a realização de plebiscito para a criação do Município de Ibema. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo subsídios sobre a criação do Sistema Unificado Descentralizado de Saúde - SUDS, e a composição do Conselho Estadual de Saúde - CES, no Paraná. Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a conclusão da Rodovia PR-090 (Estrada do Cerne), no trecho entre os Municípios de Piraí do Sul - Castro - Curitiba. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, viabilizando a destinação de recursos financeiros para obras de recuperação do Colégio Paçandu - Ensino de 1º e 2º Grau, do Município de Paçandu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria de Política Habitacional, encarecendo a inclusão, no projeto de Mutirão Habitacional, do Município de Paçandu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria de Política Habitacional, encarecendo a inclusão, no projeto de Mutirão Habitacional, do Município de Sarandi. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria de Política Habitacional, encarecendo a inclusão, no projeto de Mutirão Habitacional, do Município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COPEL, por intermédio da Secretaria das Finanças, encarecendo o posteamento de iluminação pública, na Rua Almirante Barroso, no Município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretários de Segurança Pública e Comandante Geral do Corpo de Bombeiros do Paraná, encarecendo a criação

de um Posto do Bombeiros no Município de Sarandi. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário de Segurança Pública e Comandante Geral do Corpo de Bombeiros do Paraná, encarecendo a criação de um posto do Corpo de Bombeiros no Município de Iguaraçu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário da Segurança Pública e Comandante Geral do Corpo de Bombeiros do Paraná, encarecendo a criação de um posto de Corpo de Bombeiros no Município de Florai. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário da Segurança Pública e Comandante Geral do Corpo de Bombeiros do Paraná, pleiteando a criação de um posto do Corpo de Bombeiros no Município de Ivatuba. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Secretário de Segurança Pública e Comandante Geral do Corpo de Bombeiros do Paraná, encarecendo a criação e instalação de posto do Corpo de Bombeiros no Município de Doutor Camargo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário de Segurança Pública e Comandante Geral do Corpo de Bombeiros do Paraná, encarecendo a criação de um posto do Corpo de Bombeiros no Município de Floresta. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Educação, viabilizando a contratação de todos os professores remanescentes do concurso estadual de primeira e segunda séries, realizado nos anos de 1985 e 1986, bem como a prorrogação do prazo de vencimento da validade dos referidos concursos até a efetiva contratação. ~~Em~~ votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Adia-

se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, viabilizando a designação de funcionários para a Seção Técnica do Instituto de Criminalística no Município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Relator da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, encarecendo seja mantido o diploma de jornalismo como condição para o exercício da profissão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes encarecendo a pavimentação com pedras irregulares, das estradas rurais GB-457 e GB-223, do Município de Dois Vizinhos. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da COPEL, por intermédio da Secretaria das Finanças, viabilizando a melhoria da rede de energia elétrica da Colônia Balbino Cunha, no Município de Campo Largo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornalista João Féder, pelo lançamento do livro "Crimes da Comunicação Social". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao escritor Abdias do Nascimento, pelo lançamento do livro "O Negro Revoltado". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, encarecendo a preservação da Gruta Bacaetava, localizada entre os Municípios de Colombo e Rio Branco do Sul. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um aparelho telefônico comunitário, que possibilite a ligação e recebimento de chamadas, no Bar e Mercearia Bonfim, localizado no Km 11 da

Rodovia dos Minérios, no Município de Almirante Tamandaré. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e de Assuntos Comunitários, encarecendo liberação de verbas para a construção de um muro na Sociedade São Vicente de Paulo Conselho Particular de Kaloré - Lar dos Velhinhos do Município de Kaloré. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação de várias estradas rurais, em diversos Municípios. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Senhor Diretor do Jornal "Indústria e Comércio", pela passagem do 11º aniversário de fundação desse veículo noticioso. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo esclarecimentos sobre o resultado de sindicância realizada na Fundação Teatro Guaíra. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, do editorial publicado no Jornal "O Estado do Paraná", intitulado "O Silêncio e a Burrice". Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Milton Barbosa, constante do expediente, solicitando Moção de Apoio ao movimento dos agricultores (cafeicultores) do Município de Alcônia e região. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente,

solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Educação, viabilizando a prorrogação do prazo de validade do Concurso Estadual de primeira a quarta séries, realizado no ano de 1986. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo o atendimento às reivindicações dos professores remanescentes do Concurso Estadual 1985, de primeira a quarta séries do 1º Grau, tendo em vista a expiração do prazo para a validade do concurso. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, viabilizando a construção de estrada pavimentada com pedras irregulares, ligando a PR-483 à BR-373, na estrada entre os Municípios de Marmeleiro e Barracão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação com pedras irregulares da estrada que liga a localidade de Ponte Nova do Cotegipe à estrada asfaltada entre os Municípios de Francisco Beltrão e Ampère.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação com pedras irregulares da estrada que liga a localidade de Barra Bonita à estrada dos Municípios de Francisco Beltrão a Ampère.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor-Presidente da Fundação Rádio e Televisão do Paraná, viabilizando a instalação de rede transmissora da "TV Manchete", no Município de Jacarezinho.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo a duplicação da Rodovia do Café, no trecho entre os Municípios de Ponta Grossa a Apucarana.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando votos de aplausos ao

Governo Federal pelo ato humano de isenção dos impostos incidentes na aquisição de veículos adaptados para uso dos paraplégi- cos.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Fazenda, encarecendo isenção de impostos às auto-escolas que venham a adquirir veículos para treinamento de paraplégi- cos.- Aprovado.- À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal, encarecendo a eliminação da cobrança dos resíduos dos contratos de financiamentos habitacionais dos mutuários da Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, nesta Capital.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto com apoio- mento dos Srs. Deputados João Arruda, Basílio Zanusso e Antônio Belinati, constan- te do expediente de sessão anterior, soli- citando o envio de expediente aos Srs. Go- vernador do Estado e Secretário de Estado da Educação, encarecendo a prorrogação do prazo de validade do Concurso Estadual de primeira a quarta séries, realizado no ano de 1986.- Aprovado. À Diretoria Legislati- va.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto com apoio- mento dos Srs. Deputados João Arruda, Basílio Zanusso e Antônio Belinati, constan- te do expediente de sessão anterior, soli- citando o envio de expediente aos Srs. Go- vernador do Estado e Secretário de Estado da Educação, encarecendo a prorrogação do prazo de validade do Concurso Estadual de primeira a quarta séries, realizado no ano de 1985.- Aprovado. À Diretoria Legislati- va.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do exped- iente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, encarecendo a eliminação da cobrança dos resíduos dos contratos de financiamentos habitacionais dos mutuários da Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, nesta Capital.- Aprovado. À Diretoria Legislati- va.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, com apoioamento dos Srs. Deputados Raul Lopes, Algaci Túlio e demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo recursos financeiros, materiais e humanos para a Delegacia de Polícia do Município de Pérola. Aprovado. À Diretoria Legisla- tiva.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, com apoioamento dos Senhores Deputados Raul Lopes, João Arruda e demais Senhores Deputados, constante do expediente de sessão ante- rior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo um aumento salarial ao pessoal ativo e inativo da Polícia Militar do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, viabilizando recur- sos para a reforma da Delegacia de Polícia do Município de Pérola. Aprovado. À Dire- toria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo atendimento às reivindicações dos professores remanescentes do Concurso Estadual do ano de 1985, de primeira a quarta séries do 1º Grau, tendo em vista a expiração do prazo para a validade do con- curso. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expedien- te de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Es- tado, encarecendo providências para os as- suntos tratados no documento firmado pelos Sindicatos Rurais do Sudoeste paranaense, em reunião realizada no Município de Re- nascença. Aprovado. À Diretoria Legislati- va.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando ou- tra para quinta-feira, dia 03, às 10:00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada an- teriormente.

Marca ainda, uma Sessão Extraordiná- ria, para logo após com a Ordem do Dia também já anunciada.

Levanta-se a sessão.